

SC12438

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 517 700 Fax: 5130 36 website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Quarta Sessão Ordinária

20 – 24 de Junho de 2014

Malabo, GUINÉ EQUATORIAL

EX.CL/831(XXV)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO
EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório é submetido em conformidade com a Decisão [Assembly/AU/Dec.318 (XV)], adoptada pela 15ª Sessão Ordinária da Conferência realizada em Kampala, Uganda em Julho de 2010 e em linha com as Conclusões do Retiro do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e da Comissão da União Africana, realizado de 31 de Março a 2 de Abril de 2011 em Nazareth, Etiópia, o qual solicita a Comissão a apresentar um relatório sobre a implementação das anteriores Decisões do Conselho Executivo e da Conferência, descrevendo as acções tomadas e os desafios enfrentados. O período de prestação do relatório vai desde a Cimeira de Janeiro de 2013 até a Cimeira de Janeiro de 2014, realizadas em Adis Ababa. O número total de decisões incluídas no relatório da Comissão é de sessenta e dois (62) das quais trinta e seis (36) são do Conselho Executivo e vinte e seis (26) são da Conferência.

2. Nas várias Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Especiais, o Conselho Executivo e a Conferência da União Africana, adoptaram várias decisões, declarações e resoluções na conclusão das suas deliberações que constituem a autoridade jurídica da Comissão, dos Estados-membros e dos outros Órgãos da União Africana, a fim de levar a cabo acções necessárias para o desenvolvimento e processo de integração do Continente. Muitas destas acções e actividades foram realizadas em colaboração com os Estados-membros, os outros Órgãos da UA, intervenientes e parceiros tais como as Comunidades Económicas Regionais (CER), sob a forma de reuniões de consulta e coordenação que visavam a harmonização de acções e pontos de vista que iriam, por sua vez, facilitar a adopção de posições comuns e decisões pelos Órgãos Deliberativos da União Africana.

3. As actividades realizadas durante o período em análise variam de assuntos jurídicos, administrativos, financeiros, políticos e de paz e segurança para assuntos económicos, sociais, científicos e culturais e abrangem várias matérias e questões importantes de interesse para os Estados-membros e para o continente em geral. Ademais, o discurso da Presidente da Comissão da União Africana durante a sessão de abertura do Conselho Executivo e da Conferência faz referência ao leque de acções levadas a cabo durante os últimos doze meses, com vista a implementar as decisões do Conselho Executivo e da Conferência.

4. Durante a preparação deste relatório, a Comissão da União Africana envidou esforços no sentido de evitar duplicação, tanto quanto possível, especialmente onde foram submetidos relatórios separados para a análise no contexto dos Pontos de Agenda das presentes Sessões do Conselho Executivo e da Conferência.

5. O relatório realça ainda o nível de implementação, indicando claramente as decisões que foram total ou parcialmente implementadas e não implementadas. Uma análise minuciosa desta secção do relatório revela que das sessenta e dois (62)

decisões em análise, catorze (14) foram totalmente implementadas, representando 22,22%; quarenta e dois (42) foram parcialmente implementadas, o que representa 66,67.% e seis (6), não foram implementadas, representando 9,52%. De igual modo, explicou-se na coluna referente aos “constrangimentos”, as razões para a implementação parcial ou para a não implementação das decisões.

II. Observações Gerais

a) Elaboração de Relatórios Abrangentes

6. É importante notar que o relatório abrange apenas as decisões para as quais espera-se que a Comissão realize acções. As decisões relativas aos outros Órgãos tais como o Tribunal, PAP etc. estão incluídas no relatório de actividades destes Órgãos. Tentou-se por várias vezes no passado obter contribuições dos Estados-membros ao relatório, através de uma Matriz semelhante para as decisões a serem implementadas pelos Estados-membros, mas a resposta foi bastante fraca, com apenas um ou dois países que apresentaram os seus relatórios. Cerca de 80% das decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos devem ser implementadas pelos Estados-membros. Portanto, é importante que os países apresentem relatório sobre estas decisões. Entretanto, há necessidade de reflectir sobre o mecanismo de apresentação do relatório que iria facilitar a elaboração de um relatório abrangente (Comissão, outros Órgãos, Estados-membros). Actualmente, o referido mecanismo não existe.

b) Balanço sobre as decisões

7. Uma outra observação importante é que desde a criação da UA e da OUA que precedeu a UA, ainda não houve uma oportunidade para proceder à avaliação das decisões. Como tal, as decisões continuam a acumular-se de ano para ano, sem uma avaliação geral da sua implementação. Portanto, é necessário fazer um balanço das decisões tomadas até aqui, usando um ponto de referência acordado se, por razões práticas, não for possível recuar até à criação da OUA.

c) Número de decisões

8. A opinião geral é de que as agendas das Cimeiras dos Órgãos Deliberativos são longas e poderiam ser reduzidas através da racionalização dos pontos de agenda que são a fonte dos projectos de decisão. Usando os últimos três anos como referência, em média, são tomadas 30 decisões pelo Conselho Executivo e 26 decisões pela Conferência, em todas as Sessões. O número de decisões é analisado com optimismo e levanta a questão pertinente da capacidade das entidades responsáveis pela implementação para a sua realização.

III. Constrangimentos na implementação das decisões

9. O relatório identifica os seguintes factores, como sendo os constrangimentos que impedem a implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos da UA:

- (i) Falta de financiamento: algumas das decisões não foram implementadas devido à falta de financiamento. Um exemplo aqui apresentado é a decisão intitulada Assembly/AU/Dec.496(XXII) sobre a adopção e implementação da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050, onde a Comissão foi solicitada a facilitar a criação da Força Especial Estratégica a fim de preparar os detalhes técnicos visando a implementação atempada da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050. Não foi alocado orçamento quando a decisão foi tomada;
- (ii) Recepção tardia de fundos: mesmo nos casos onde os fundos são disponibilizados, às vezes os mesmos são recebidos tardiamente, o que causa atraso na realização das actividades planificadas;
- (iii) Complexidade de alguns processos de consulta, conforme foi evidenciado pelos desafios na implementação da decisão designada por Decision EX.CL/Dec.766(XXII), sobre o Projecto de Protocolo relativo à alteração dos Estatutos do Tribunal Africano da Justiça e dos Direitos Humanos – Demora devido à dificuldade em chegar a um acordo sobre a definição de mudanças inconstitucionais de governo.

IV. Recomendações e rumo a seguir:

10. As recomendações estão relacionadas com as observações gerais e os constrangimentos.

- (i) Deve-se garantir a devida segurança a todos os níveis das implicações financeiras, jurídicas e materiais antes da adopção de qualquer decisão. O projecto de decisões que não indica claramente o custo estimado e a fonte de financiamento devem ser rejeitados;
- (ii) Para os pontos de agenda propostos pelos Estados-membros, deve ser obrigatório para os Estados-membros articular com a Comissão para prever as implicações jurídicas, técnicas e financeiras e para evitar a duplicação em relação todas as decisões existentes, antes da submissão do ponto para a inclusão na agenda do Conselho Executivo;
- (iii) Os fundos devem ser disponibilizados atempadamente onde a fonte de financiamento tiver sido identificada, a fim de facilitar a implementação;
- (iv) Pode-se encomendar um estudo para fazer um balanço das decisões tomadas durante as últimas décadas (a partir de Janeiro de 2004), com vista a determinar o estado de implementação das referidas decisões e recomendações adequadas relativas às decisões que não foram totalmente implementadas;
- (v) Deve-se determinar um prazo para consulta a fim de evitar atrasos prolongados no alcance de consenso;

- (vi) Os Estados-membros devem envidar esforços no sentido de providenciar atempadamente as suas contribuições ao relatório sobre a implementação das anteriores decisões, para facilitar a elaboração de um relatório consolidado;
- (vii) Deve-se desenvolver um quadro abrangente relativo à monitorização, avaliação e apresentação de relatório sobre a implementação das decisões tomadas pelos Órgãos Deliberativos da UA;
- (viii) Deve-se exercer um escrutínio mais aprofundado a todos os níveis no processo de elaboração das agendas do Conselho Executivo e da Conferência, de modo que a Cimeira de Junho/Julho seja dedicada às questões de integração e desenvolvimento, de acordo com as cláusulas da decisão da Conferência - Decision Assembly (**Assembly/AU/Dec.456(XX) – Decisão da Conferência da União Africana sobre Questões de Desenvolvimento e Integração**) que “**DECIDE** dedicar as suas sessões de Junho/Julho para a análise das questões de desenvolvimento e integração”. Isto pode, igualmente, contribuir para a redução do número de relatórios e, conseqüentemente, o número de decisões tomadas com base nesses relatórios.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES ANTERIORES
DO CONSELHO EXECUTIVO E DA CONFERÊNCIA

A. Decisões do Conselho Executivo

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
1º	EX.CL/Dec.727(XXII) Decisão sobre a Revisão dos Salários e Subsídios dos Funcionários Eleitos e Funcionários da União	SOLICITA à Comissão a preparar uma Política Global de Salários e Subsídios, o mais tardar até Setembro de 2013, que será a base para as revisões futuras, tomando em consideração o desempenho da Organização e a avaliação de cada funcionário.	O estudo de revisão dos salários e benefícios dos Funcionários Eleitos, Profissionais e Pessoal de Apoio foi realizado pelo Grupo Birches. A revisão englobou uma vasta gama de referências de mercado e apresentou dados sobre a actual posição da política de indemnização da UA. As constatações deste estudo levaram a uma série de recomendações, tomando em conta a decisão do Conselho Executivo que visa prosseguir com a criação de um quadro de política para orientar a reestruturação e a revisão das indemnizações na UA. O relatório foi apresentado pelo consultor ao Subcomité de Assuntos Administrativos e Financeiros.	Após a apresentação, não foi tomada nenhuma decisão pelos membros do subcomité.	Será organizada brevemente uma outra reunião para debater profundamente as recomendações	AHRM	Implementada parcialmente
2º	EX.CL/Dec 729XXII)	SOLICITA à Comissão a	A auditoria foi realizada		Organizar uma	AHRM/	Implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
	Decisão sobre o Projecto de Construção/Renovação do Escritório da UA em Washington DC	proceder a uma auditoria da aquisição do edifício para os Escritórios da UA de Washington DC, com vista a apurar responsabilidades e responsabilizar aqueles que não tenham cumprido com as suas obrigações, antes da próxima Sessão do Conselho Executivo em Maio de 2013.	pelo Conselho de Auditores e o relatório foi apresentado aos órgãos responsáveis pela formulação de políticas. As recomendações da auditoria sobre a agilização das obras de reabilitação foram implementadas. A reabilitação do edifício, que incluiu uma reabilitação total do tecto foi concluída dentro do orçamento aprovado. O Escritório de Washington está a funcionar no edifício reabilitado desde finais de Dezembro.		cerimónia de inauguração para a direcção da CUA e o CRP	Aprovisionamento/Auditoria	totalmente
3º	EX.CL/Dec.732(XXII) Decisão sobre a Criação de um Subcomité de Assuntos de Auditoria e seus Termos Referência	SOLICITA à Comissão a tomar as medidas necessárias no sentido de facilitar o lançamento e entrada em funcionamento do Subcomité de Assuntos de Auditoria.	Os dois comités de auditoria, o Comité de Actividades de Auditoria Interna e o Subcomité do CRP de Assuntos de Auditoria foram lançados em Março e Maio de 2013, respectivamente e estão a funcionar.			Auditoria Interna	Implementada totalmente
4º	EX.CL/Dec 735(XXII) Decisão sobre a Revisão do Processo de Eleição dos Membros da Comissão	SOLICITA à Comissão a rever, em consulta com o CRP, o Regulamento Interno dos Órgãos Deliberativos da União, tendo em conta a importância da maioria qualificada de dois terços (2/3) para o funcionamento equilibrado	A Comissão tem solicitado contribuições dos Estados-membros e dos peritos depois das quais será preparado um documento que indica as lacunas e os	Muito poucos Estados-membros e peritos responderam à solicitação para submeter propostas para alterações ao Regulamento Interno	Devido à importância da actividade, os Estados-membros e outros peritos devem participar	OLC	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		dos Órgãos da UA.	desafios para a análise do CRP		totalmente na actividade. Portanto, há necessidade de mais tempo na solicitação dos pontos de vista. As propostas de emendas serão submetidas aos órgãos deliberativos em Janeiro de 2015.		
5ª	EX.CL/Dec 737(XXII) Decisão sobre o Relatório da Comissão relativa à Implementação das Anteriores Decisões do Conselho Executivo e da Conferência	DECIDE que seja realizado um Retiro em Março de 2013, entre a Comissão e o CRP para analisar todas as questões pertinentes, incluindo o Projecto do Plano Estratégico e a Agenda Estratégica de Toda a África, o Tema do ano “Pan-africanismo e Renascimento Africano”, modalidades para a implementação das Decisões e apresentar recomendações adequadas e o caminho a seguir, incluindo a proposta de revisão da Modalidade.	O Retiro foi realizado nos dias 14 e 15 de Abril de 2014			OSGC	Implementada totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
6ª	EX.CL/Dec.739(XXII) Decisão sobre o Relatório da Quarta Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (CITMC-4)	<p>SOLICITA à Comissão a:</p> <p>i) Apresentar o projecto de Convenção aprovado pela Quarta Conferência Ministerial dos Ministros da UA Responsáveis pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (CITMC-4), Cartum 2012, para a reunião dos Ministros da UA responsáveis pela Justiça, para a sua conclusão e submissão para aprovação na próxima sessão ordinária da Conferência da União Africana;</p> <p>ii) Coordenar com o Sector de Ciência e Tecnologia para implementar as recomendações do estudo de viabilidade sobre a Agência Espacial Africana (Afri-Space) e elaborar uma política espacial para o Continente, tomando em conta as aplicações de teledeteção e processamento de imagens de satélite;</p> <p>iii) Desenvolver um Quadro Estratégico actualizado, integrado e coerente de Tecnologias de Informação e Comunicação da UA para</p>	<p>A Convenção da UA sobre a Ciber-segurança e a protecção de dados pessoais foi aprovada pelo CTE de Assuntos Jurídicos e será apresentada para a Cimeira de Malabo em Junho.</p> <p>A coordenação está em curso entre DIE, HRST e os respectivos departamentos para preparar a estrutura de governação da Agência Espacial ligada aos CTE, para aprovação.</p> <p>O primeiro projecto do documento da estratégia foi aprovado a nível técnico. Está planificado um workshop de validação com as CER em Maio.</p> <p>O Projecto da Política Espacial de África foi analisado e apresentado pela sessão extraordinária da AMCOST em Abril de 2014</p>	<p>Falta de orçamento para a harmonização da tradução e revisão do processo de elaboração.</p>	<p>Depois da Cimeira de Junho em Malabo, iniciar o processo de ratificação e aplicação da convenção a nível local</p> <p>O documento concluído será apresentado à próxima Conferência do CTE (CITMC5) em 2014 e posteriormente aos Órgãos da UA.</p> <p>Apresentação da Política Espacial e da Estratégia para análise pelo respectivo Órgão Deliberativo da UA</p>	<p>DIE/HRST</p>	<p>40% da decisão foi cumprida</p> <p>Concluído em 60%</p> <p>Concluída em 70%</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>África, em colaboração com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), Comunidades Económicas Regionais (CER), Instituições Especializadas (IE), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), tomando em conta os quadros existentes de todos os intervenientes africanos na área de Tecnologias de Informação e Comunicação.</p>					
7*	<p>EX.CL/Dec.740(XXII) Decisão sobre o Relatório da Segunda Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Registo Civil e Estatísticas Vitais</p>	<p>SOLICITA à Comissão, em colaboração com a Comissão Económica para África (CEA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e parceiros a capacitar os Estados-membros no sentido de facilitar o fortalecimento dos sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais em África.</p>	<p>A CUA, em colaboração com UNECA e BAD, preparou uma Avaliação do Sistema Nacional de Registo Civil para todos os países africanos. A 8ª reunião de ASSD foi realizada no Botswana para debater questões de governação e promoção de CRVS em África, de 17 a 22 de Fevereiro de 2014.</p>	<p>Falta de recursos financeiros para patrocinar os representantes dos Estados-membros (Oficiais dos Gabinetes Nacionais de Estatísticas e de Registo Civil), tradução, interpretação, etc. O custo estimado é de 150.000 \$EU. Os parceiros estão a patrocinar a participação dos ministros e dos peritos. O país anfitrião está a cobrir a componente de logística e as participações da CUA e da CEA.</p>	<p>A CUA, em colaboração com CEA, BAD, OMS, UNICEF, ACNUR irá organizar a Terceira Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Registo Civil e Estatísticas Vitais em Abidjan, de 13 a 17 de Outubro de 2014.</p>	DEA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
8º	EX.CL/Dec.742(XXII) Decisão sobre a Quarta Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Juventude	SOLICITA à Comissão e todos os intervenientes relevantes a acelerarem a implementação da Decisão de Malabo sobre a Capacitação da Juventude, EXORTA à Comissão a acelerar a criação de um Fundo Especial para os programas de Desenvolvimento da Juventude e implementação das Decisões.	<ul style="list-style-type: none"> - Uma iniciativa conjunta pela CUA, BAD, OIT e CEA foi lançada para acelerar a criação de emprego para os jovens no continente; - Comunicação com os Estados-membros através da COMY IV dos Ministros e parceiros sobre a necessidade do fundo e realização de um Estudo de Viabilidade. O respectivo relatório está disponível. - Foi elaborada uma estratégia continental para a harmonização da Educação Técnica e Formação Profissional (TVET) com base na estratégia pré-existente de 2007 <p>A estratégia de TVET está actualmente em revisão</p>			HRST	A decisão foi implementada parcialmente. A implementação desta decisão é um processo a longo prazo

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>para harmonizá-la com as necessidades de competências e os novos desenvolvimentos de TVET e as áreas relevantes de enfoque.</p> <p>A Estratégia da EFTP foi adoptada pelos Ministros da Educação durante a sessão da COMEDAF VI, realizada em Abril de 2014, em Yaoundé</p>				
9º	EX.CL/Dec.743(XXII) Decisão sobre o Relatório da Quinta Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pelo Controlo de Drogas	<p>APROVA a adopção do seguinte:</p> <p>i) O Plano de Acção Revisto da UA sobre o Controlo de Drogas (2013-2017) como o quadro para estimular a cooperação nacional, regional e internacional para combater o problema de drogas no continente e SOLICITA à Comissão da UA a realizar uma revisão intercalar da sua implementação em 2015.</p> <p>ii) A Posição Comum Africana sobre Substâncias Controladas e o Acesso aos Medicamentos de Gestão da Dor, e SOLICITA à Comissão da UA a levar a Posição Comum à atenção dos</p>	<p>i) Plano de Acção da UA sobre as duas consultas dos peritos continentais para melhorar e aumentar a prevenção da dependência de drogas baseada na evidência e os serviços de tratamento realizada em Fevereiro de 2013 e Abril de 2014.</p> <p>Reunião/formação a nível continental para os pontos focais nacionais para a redução do fornecimento de drogas realizada para desenvolver e melhorar as respostas ao combate ao tráfico de drogas e desafios relacionados com a segurança humana; desenvolver um quadro de</p>	<p>O pessoal do Secretariado de Programas financiado pelo orçamento do programa para apresentar os desafios administrativos</p> <p>Alocação inadequada do orçamento do programa para implementar de forma significativa e integrada o Plano de Acção.</p>	<p>A componente de pessoal deve ser transferida para o orçamento operacional</p> <p>Reconsiderar a alocação acrescida do programa correspondente às actividades que devem ser realizadas.</p>	DSA	<p>A implementação está planificada para um período de 5 anos.</p> <p>Implementado em 30% até à data.</p> <p>ii) Implementada totalmente (100%)</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		Ministros da Saúde.	<p>monitorização e prestação anual de relatórios padrão a nível continental sobre o controlo de drogas pelos Estados-membros.</p> <p>Realização de uma avaliação detalhada dos desafios socioeconómicos e de segurança de tráfico de drogas e crime organizado em África, com enfoque para a África Ocidental e o Sahel.</p> <p>Rede de pontos focais nacionais nos Estados-membros criada, formada e funcional, enquanto ao nível das Comunidades Económicas Regionais, o ponto focal de combate à droga da CEDEAO está a funcionar em coordenação com o DSA.</p> <p>Advocacia contínua para o Plano de Acção revisto; incluindo reuniões anuais da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND) e os Chefes das Agências Nacionais Contra drogas (HONLEA)</p>				

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			(ii) A Posição Comum foi analisada e aprovada para implementação pela 6ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros da Saúde em Abril de 2013;				
10ª	EX.CL/Dec.744(XXII) Decisão sobre o Relatório da Segunda Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Meteorologia (AMCOMET)	SOLICITA à Comissão, em colaboração com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM) e os parceiros, a tomar todas as medidas necessárias para criar um centro regional de estudo do clima na África Central	(I) O Secretariado da AMCOMET envolveu um Consultor para realizar um estudo de viabilidade para a criação de um Centro Regional de Clima (RCC) na África Central. (II) As constatações preliminares apresentadas durante a reunião de Peritos/Partes Interessadas realizada em Fevereiro de 2014 na Sede da UA, indicam que o Consultor iniciou o projecto de estudo de viabilidade, incluindo a gestão, funções e as potenciais estruturas do RCC e os requisitos necessários para criar o referido centro na África Central. (III) Contudo, as visitas às várias instituições na região para propor o RCC foram afectadas pela	As visitas às várias instituições na região para propor o RCC foram prejudicadas pela situação de paz e segurança nalguns países.	O Consultor foi aconselhado a alargar as consultas logo que a situação permitir.	DREA	Implementada parcialmente (30%)

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		Solicita igualmente à Comissão, em colaboração com os parceiros, a apoiar e facilitar a implementação desta Decisão.	<p>situação de paz e segurança nalguns países, em particular na República Centro Africana.</p> <p>O projecto do plano de implementação para a Estratégia Integrada de Meteorologia foi elaborado e validado ao nível das CER.</p> <p>O Projecto da Estratégia para o Programa Espacial Regional Africano foi desenvolvido por HRST em colaboração com DREA e AMCOMET.</p>				<p>Implementada parcialmente (80%). Aguarda a validação na SADC.</p> <p>Implementada parcialmente (40%)</p>
11*	EX.CL/DEC.745(XXII) Decisão sobre o Relatório da Quarta Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros da Cultura	<p>APROVA as recomendações da CAMC4 e, em particular, as seguintes:</p> <p>i) GERIR DE FORMA PROACTIVA o processo de ratificação e implementação da Carta para o Renascimento Cultural Africano, a fim de garantir a rápida entrada em vigor da Carta pela CAMC5 em 2014;</p> <p>ii) Monitorizar a implementação pelos Estados-membros do Compromisso para a Acção de Combate às Práticas Tradicionais Nocivas;</p>	<p>l) Campanha para o Renascimento Cultural Africano para os Estados-membros da África Central realizada em Agosto de 2013; Campanha para o Renascimento Cultural Africano para a República da Libéria realizada em Dezembro de 2013; Campanha para o Renascimento Cultural Africano para O Gana realizada em Março de 2014; Outros dois (2) Estados-membros subscreveram à Carta para</p>	<p>O processo de ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano ainda é lento;</p> <p>Falta de financiamento adequado para permitir a implementação da Campanha de Património Cultural Africano;</p> <p>As respostas relativas à elaboração de relatórios pelos Estados-membros da UA sobre as acções para combater HTP ainda são muito limitadas;</p>	<p>Advocacia contínua e sensibilização para a ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano; a Campanha Planificada visa a Região Norte de África e o desenvolvimento de campanhas nacionais.</p> <p>Disseminação da Ferramenta de Monitorização de</p>	DSA	<p>Parcialmente implementada. Dois (2) Estados-membros assinaram a Carta e desde Outubro de 2012 nenhum Estado-membro ratificou a carta.</p> <p>Implementada parcialmente</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>iii) Documento sobre a Posição Africana relativo à implementação da Convenção do Património Mundial a ser submetido ao Comité de Património Mundial da UNESCO;</p> <p>iv) O Quadro de Acção do Terceiro Congresso Cultural Pan-Africano (PACC3) e SOLICITA à Comissão da UA a apresentar o Quadro ao Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, para facilitar ainda a sua implementação.</p>	<p>o Renascimento Cultural Africano (Moçambique e Zimbabwe):</p> <p>ii) Desenvolvimento da ferramenta de monitorização para monitorizar a implementação do Compromisso para a Acção de Combate às Práticas Tradicionais Nocivas;</p> <p>iii) Documento sobre a Posição Africana submetido ao Comité de Património Mundial; Estados-membros da UA sensibilizados para contribuírem para o Fundo Africano de Património Mundial (AWHF) para a preservação e conservação de Lugares de Património Africano;</p> <p>iv) Quadro de Acção do PACC3 apresentado aos Estados-membros e pedido de agilização da sua implementação</p>	<p>As contribuições para o Fundo de Capacitação de AWHF ainda são muito poucas;</p>	<p>HTP; Solicitação aos Estados-membros para apresentarem relatórios sobre as acções nacionais de combate ao HTP;</p> <p>Workshops Regionais para a disseminação da ferramenta de monitorização</p> <p>Advocacia contínua aos Estados-membros para contribuírem para o AWHF;</p> <p>Solicitação aos Estados-membros para apresentarem relatórios sobre pontos específicos do Quadro de PACC3 para Acção. Por exemplo, desenvolvimento de um sistema nacional de estatísticas</p>		<p>Implementada parcialmente</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
					culturais; promoção de indústrias culturais e criativas e identificação de necessidades prioritárias de capacitação nas estatísticas culturais, etc.		
12*	EX.CL/Dec.747(XXII) Decisão sobre o Conselho Africano de Investigação e Inovação	SOLICITA à Comissão a criar uma unidade pequena nas estruturas existentes e mobilize recursos para a implementação da Decisão da Conferência	O Estatuto da ASRIC foi adoptado pelos Ministros durante a sessão extraordinária da AMCOST, em Abril de 2014	Implementação de ASRIC.	Institucionalizar ASRIC no âmbito de STRC da UA em Abuja	HRST	Implementada parcialmente em 40%, até à data
13*	EX.CL/Dec.748(XXII) Decisão sobre a Segunda Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros Responsáveis pela Energia (CEMA)	SOLICITA à Comissão da União Africano a tomar todas as medidas necessárias, em colaboração com os Estados-Membros, Comunidades Económicas Regionais, instituições especializadas e outras partes interessadas, a acelerar a implementação das Resoluções. (i) Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL)	SE4ALL – foram preparados e validados ao nível dos peritos, relativos ao seguinte: • Directrizes do Plano de Acção Africano de SE4ALL • Quadro de Carvão Sustentável • Soluções Descentralizadas de Energia Um centro designado por <i>SE4ALL Africa Hub</i> foi criado em Maio de 2013 e acolhido pelo BAD.	Falta de compromisso por parte da UNECA Participação limitada da direcção	Lançamento para efeitos de publicação do Quadro de Política Africana e Directrizes sobre Bioenergia. Organização de um workshop para a questão da integração do género no Quadro de Política Africana e Directrizes sobre Bioenergia	DIE DIE e UNECA	Implementada em 50 %

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>(ii) Quadro e Directrizes Bioenergia de África</p> <p>(iii) Sistema de Informação e Base de Dados sobre Energia</p>	<p>O Departamento participou nas actividades e nos workshops de SE4ALL e os resultados destas actividades foram apresentados à reunião da Mesa da CEMA em Fevereiro de 2014 em Adis Abeba.</p> <p>Foi organizado um workshop sobre bioenergia para integrar o quadro de política e as directrizes sobre bioenergia em Nairobi, Quénia, de 16 a 18 de Setembro de 2013 em colaboração com a UNECA</p> <p>O Plano de Acção de Bioenergia e o rumo a seguir sobre a implementação da resolução sobre a bioenergia foram analisados pela Mesa da CEMA dos Ministros da Energia em Fevereiro de 2014 em Adis Abeba;</p> <ul style="list-style-type: none"> A Base de Dados sobre a Energia e o sistema de informação foram lançados e o <i>website</i> 		<p>Participação na Cimeira sobre Infra-estruturas da WEF, de 7 a 9 de Maio de 2014 em Abuja, Conferência Anual de ICA em 2014; Evento do PIDA para TUSKON, Turquia; Cimeira sobre Financiamento de Dakar para as Infra-estruturas de África 14 a 15 de Junho de 2014 Dakar, Senegal. Apresentação do relatório de implementação para a reunião da CEMA em Outubro de 2014.</p>		<p>Realizado em 60%</p> <p>Implementada em 80%</p> <p>Implementada 30%</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		(iv) Implementação do Plano de Acção Prioritário de Energia do PIDA	<p>foram publicados. Foram organizados cinco workshops regionais de formação em estatísticas de energia em diferentes regiões;</p> <p>Reunião Consultiva do BAD, CUA e NPCA sobre a aceleração da implementação do PIDA realizada em Tunis, Tunísia, no dia 7 de Fevereiro de 2013; Workshop da Equipa Técnica (TTT) da Iniciativa Presidencial de Promoção de Infra-estruturas (PICl) realizado de 9 a 10 de Janeiro de 2013 em Abuja, Nigéria;</p> <p>Envolver de forma eficaz o sector privado na implementação do PIDA, o WEF/Grupo de Trabalho foi criado para estabelecer parceria com UA/BAD, na facilitação da implementação do PIDA. A CUA participou na Cimeira África do WEF em Maio de 2013 na Cidade do Cabo, África do Sul</p>		Implementação do programa de capacitação de CER-CUA-NPCA financiado por GIZ e BAD		

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>Organização do Fórum Empresarial África-UE, de 31 de Março a 1 de Abril de 2014.</p> <p>O projecto de capacitação do PIDA foi lançado em Joanesburgo, África do Sul, de 7 a 11 de Abril de 2014.</p> <p>Nas reuniões do WEF em Abuja, Maio de 2014, o grupo empresarial de WEF anunciou o interesse nos projectos de petróleo e gás.</p>				
14 ^a	<p>EX.CL/Dec.749(XXII) Decisão sobre o Relatório da Conferência Conjunta da UA dos Ministros da Agricultura e dos Ministros do Comércio</p>	<p>SOLICITA à Comissão, em consulta com o CRP, a submeter uma proposta sobre o financiamento da implementação da Decisão da Conferência AU/DEC.449 (XIX) sobre a Proclamação de 2014 como o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar e comemoração do 10º Aniversário do CAADP</p>	<p>A Comissão havia submetido a proposta de orçamento ao CRP, que foi subsequentemente aprovada como parte do orçamento da CUA para 2014. Os fundos para o orçamento foram garantidos através de um acordo de parceria com a Bill & Melinda Gates Foundation. Estão em curso acções para a comemoração de 2014 como Ano de Agricultura e Segurança Alimentar.</p>	<p>Não houve constrangimentos</p>	<p>A implementação irá continuar conforme foi planificado.</p>	<p>DREA/T&I</p>	<p>Implementada totalmente</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
15 ^a	EX.CL/Dec.750(XXII) Decisão sobre o Relatório da Terceira Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros do Desenvolvimento Social	SOLICITA à Comissão da UA a: i) Facilitar a capacitação e formação para a análise e aplicação da política social nos Estados-membros para o sucesso da implementação do SPF; ii) Facilitar o lançamento do Conselho Consultivo sobre o Envelhecimento para monitorizar e apoiar a implementação e acompanhamento do Quadro de Política da UA e o Plano de Acção sobre o Envelhecimento; iii) Facilitar a dissolução do ARI através do apoio ao Comité dos Sete, o desenvolvimento de uma estrutura de substituição do ARI, bem como um mecanismo de transição.	i) A Comissão organizou uma sessão de formação de duas semanas para os pontos focais de planificação nos Ministérios das Finanças dos 19 Estados-membros, sobre a Política Social de Planificação para o Desenvolvimento, em colaboração com o Instituto para o Desenvolvimento Económico e Planificação das Nações Unidas (IDEP), Dakar, Senegal, de 2 a 13 de Setembro de 2013; ii) A Comissão realizou um workshop de validação para finalizar o Protocolo sobre os Direitos dos Idosos, instrumento jurídico que o Conselho Consultivo de implementação irá monitorizar; Um Quadro de Monitorização e Avaliação para	i) O financiamento para a formação foi recebido tardiamente, em Julho de 2013 e a actividade foi adiada para o último semestre de 2013. ii) O financiamento para as actividades relacionadas com o envelhecimento foi recebido bastante tarde (Nov. 2013); iii) O financiamento para as actividades relativas à deficiência não estava disponível até 16 de Julho de 2013 e o Comité dos 7 reuniu-se no último trimestre de 2013;	i) Missões de acompanhamento para as CER sobre a implementação de SPF serão realizadas no 2º semestre de 2014. ii) Está em processo de elaboração um Quadro de Monitorização e Avaliação para avaliar a implementação do Plano de Acção pelos Estados-membros iii) O Comité dos 7 decidiu sobre a substituição da estrutura para ARI, que será proposta aos Órgãos Deliberativos relevantes da UA em 2014/5.	DSA	Implementada parcialmente, missões para as CER depois de 2014

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>analisar a implementação do Plano de Acção pelos Estados-membros está em processo de elaboração; O Comité dos 7 Ministros reuniu-se de 28 a 30 de Outubro de 2013 em Adis Abeba, Etiópia e deu orientação sobre o encerramento da Sede de ARI e os Escritórios Regionais, no dia 31 de Dezembro de 2013;</p>				
16*	<p>EX.CL/Dec.758(XXII) Decisão sobre o Relatório das Actividades da Comissão</p>	<p>1. SOLICITA à Comissão a tomar todas as medidas necessárias para a organização de um referendo para a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, em conformidade com as pertinentes Decisões da OUA e Resoluções da ONU</p>	<p>O Comissário para os Assuntos Políticos e Sociais realizou uma missão em Tindouf de 15 a 18 de Março de 2014 e reuniu-se com S.E. o Sr. Abdelkader Taleb Omar, Primeiro-ministro da República Saharai e outras autoridades governamentais que manifestaram a necessidade urgente de auto-determinação. Foram definidas possíveis formas de prestar apoio e/ou pressionar a ONU que teve o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas para organizar o</p>			DPA	Não implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			referendo.				
		2. CONVIDA a Comissão e as CER a acelerar a criação da Força Africana em Estado de Alerta e uma Brigada Operacional que pode ser mobilizada em caso de surgimento de qualquer forma de insegurança no Continente				P&S	Não implementada
17 ^a	EX.CL/Dec.773(XXIII) Decisão sobre o Primeiro Relatório de Actividades da Presidente da Comissão da União Africana sobre a Situação no Sara Ocidental	3. SOLICITA à Presidente da Comissão a prosseguir com os seus esforços, conforme foi descrito no relatório, incluindo a realização de consultas com as Partes, interacção contínua com as Nações Unidas e outros intervenientes internacionais relevantes;	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de cartas às Partes envolvidas no conflito (Reino do Marrocos e Frente Polisário) para transmitir as decisões relevantes da UA sobre o Sara Ocidental e informar que o Alto Representante da UA para MINURSO irá estabelecer ligação com as entidades para interagir ainda mais sobre a questão do Sara Ocidental. - Apresentação de cartas aos países vizinhos (Argélia e Mauritânia), trazendo à sua atenção a decisão relevante da UA e informando-os sobre a 	Impasse na implementação das Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que apela para a realização de negociações directas entre as duas partes, sem pré-condições e em boa-fé, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceite, que irá proporcionar a auto-determinação dos povos do Sara Ocidental.	Continuação de consultas com as partes e outros intervenientes e afectar emissários para as capitais relevantes, conforme está planificado.	P&S	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>intenção da UA para destacar emissários para Argel e Nouakchott, para interagir sobre a questão.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de cartas aos membros do P5 (China, França, Federação da Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e Espanha, na qualidade de antiga potência de administração, para trazer à sua atenção as decisões relevantes da UA e informá-los sobre a intenção da UA de consultá-los sobre a melhor forma através da qual a UA pode apoiar os esforços internacionais para encontrar uma solução com base na legalidade internacional - Apresentação de uma carta pela Presidente da Comissão ao Secretário-geral das Nações Unidas para trazer à sua atenção as decisões relevantes da UA, informá-lo sobre os passos de seguimento 				

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>tomados pela Comissão e solicitá-lo a circular a carta e outros documentos da UA junto aos Estados-membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.</p> <p>- Seguimento contínuo da situação no terreno através do Alto Representante da UA para MINURSO.</p> <p>Emissão de um Comunicado da UA após o relatório apresentado em Abril de 2014 pelo Secretário-geral das Nações Unidas, para apelar ao Conselho de Segurança a acelerar os esforços internacionais em prol de uma solução para o conflito no Sara Ocidental.</p>				
		<p>SOLICITA AINDA à Presidente da Comissão a apresentar um Relatório de Actividades abrangente sobre a situação no Sara Ocidental à próxima Sessão Ordinária do Conselho</p>				<p>BCP</p>	

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		Executivo, em Janeiro de 2014;					
18ª	EX.CL/Dec. 766(XXII) Decisão sobre o Projecto de Protocolo às Emendas ao Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos do Homem	<p>SOLICITA à Comissão a realizar mais uma reflexão detalhada, em colaboração com o Conselho de Paz e Segurança sobre a questão do levantamento popular em todas as suas dimensões e sobre o mecanismo adequado para decidir sobre a legitimidade do referido levantamento.</p> <p>SOLICITA à Comissão a apresentar ao CRP um relatório sobre as implicações estruturais e financeiras decorrentes da expansão da jurisdição do Tribunal Africano de Justiça e Direitos do Homem para julgar crimes internacionais, através dos seus relevantes Subcomités.</p>	<p>Foi elaborado um relatório sobre as implicações estruturais e financeiras.</p> <p>Foram submetidos documentos ao Conselho de Paz e Segurança e ao CRP através dos seus Subcomités de Infra-estruturas e Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros. As recomendações serão submetidas à Cimeira de Junho de 2014</p>	Houve demora na análise da definição de uma mudança inconstitucional de governo pelo Conselho de Paz e Segurança que contribuiu para a não conclusão do projecto de Protocolo	O CPS e o CRP, através dos seus Subcomités de Estruturas e Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros devem analisar a definição de uma mudança inconstitucional de governo e as implicações estruturais e financeiras	OLC	Implementa parcialmente
19ª	EX.CL/Dec.767(XXIII) Decisão sobre o Orçamento para o Exercício de 2014	<p>1. AUTORIZA a Comissão a prosseguir com a construção da residência do Vice-presidente e a adiar a dos Comissários.</p> <p>2. INCENTIVA a Comissão a explorar as possibilidades de criar um Fundo de Implementação de Programas</p>	<p>Projecto de construção e mapa de quantidades, bem como custos relacionados e aprovados pelo CRP para a realização das obras de construção.</p> <p>Não foi realizado nenhum trabalho nesta vertente, uma vez que parece ser uma duplicação de</p>	N/A	Concursos com a participação de empreiteiros elegíveis do continente africano lançados	PBFA	<p>Implementada parcialmente</p> <p>Não implementada</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		a ser capitalizado através de contribuições voluntárias dos Estados-membros, sector privado, fundações independentes, parceiros de desenvolvimento e outras fontes adequadas, incluindo uma percentagem do Fundo Geral;	esforços sobre as Fontes Alternativas de Financiamento				
		3. INCENTIVA IGUALMENTE a Comissão, em colaboração com o CRP, a engajar-se num melhor processo de orçamentação, por meio de um programa de auditoria e avaliação das necessidades de todas as estruturas da União Africana, para a atribuição adequada de recursos, bem como formas e meios de remoção da excessiva dependência ao financiamento dos programas pelos parceiros, mobilizando recursos internos.	FRR revisto inclui disposições melhoradas do processo de orçamentação e a coerência com a plena participação dos órgãos da UA.	Nível estacionário das contribuições avaliadas pelos Estados-membros e dependência excessiva em relação ao financiamento dos parceiros, tendo como resultado a vulnerabilidade em relação aos parceiros que continua a ser um significativo desafio.	Aumento das contribuições avaliadas e voluntárias pelos Estados-membros e prossecução da fonte alternativa de financiamento.		Implementada parcialmente
		4. SOLICITA à Comissão a realizar uma auditoria abrangente e avaliação das necessidades do pessoal de todos os Órgãos da UA e a apresentar um relatório à próxima sessão do Conselho Executivo, em Janeiro de 2014;	Estudo realizado e apresentado ao Comité de APPROB para análise e orientação	Aguarda-se pela resposta e orientação do Comité de APPROB		AHRM	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
20ª	EX.CL/Dec.768(XXIII) Decisão sobre o Desenvolvimento do Plano Estratégico da Comissão da União Africana 2014 -2017 e a Agenda 2063 da União Africana	<p>1. SOLICITA à comissão a incluir as questões do terrorismo, crimes transnacionais e pirataria no local apropriado no Plano;</p> <p>2. SOLICITA à Comissão a apresentar o Documento Quadro para a análise pelos Órgãos Deliberativos da UA, em Janeiro de 2014 e a Agenda 2063 final para adopção, em Junho de 2014;</p>	<p>Foram incorporadas no Plano Estratégico para o período 2014-17 questões de terrorismo, crimes transnacionais e pirataria</p> <p>O projecto do Quadro foi apresentado à Cimeira em Janeiro de 2014. A Cimeira apelou para que o documento final fosse apresentado para aprovação durante a Cimeira de Junho de 2014 em Malabo. Foi preparado e será submetido à Cimeira em Junho de 2014 um Documento de Inspiração sobre a Agenda 2063</p> <p>O Documento de Inspiração beneficiou de consultas extensivas com as oito CER, bem como as contribuições da Reunião Ministerial realizada em Bahir Dar, em Janeiro de 2014.</p>		<p>O Plano Estratégico foi aprovado e está actualmente em uso.</p> <p>Será elaborado um Plano de Implementação dos primeiros dez anos da Agenda 2063, durante o período de Julho a Dezembro de 2014.</p> <p>Será, igualmente, elaborado um Documento Técnico da Agenda 2063 durante este período</p>	SPPMERM	<p>Implementada totalmente</p> <p>Implementada totalmente</p>
21ª	EX.CL/Dec.769(XXIII) Decisão sobre o Relatório do Subcomité de Estruturas	1. APROVA a estrutura da Universidade Pan-Africana, composta por dezanove (19) cargos a ser implementada a partir de 2014.	Foram anunciadas nove (9) vagas para o recrutamento. O processo de pré-selecção está em curso.	O processo de recrutamento da CUA não está em conformidade com o recrutamento para instituições académicas; processos lentos na CUA	Acompanhamento do processo de recrutamento, solicitação para a aprovação rápida dos cargos	HRST	Implementada parcialmente, actualmente em 10%. Entretanto, logo que o

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			Apenas 40% dos cargos serão implementadas em 2014. Foram recebidas várias candidaturas. Um Comité de Alto Nível de Selecção Académica está em processo de criação para prestar assistência no processo de recrutamento; os TdR para o Comité de Selecção já foram elaborados.	criam constrangimentos em termos de planificação; será difícil trabalhar apenas com 40% dos cargos preenchidos na UPA	remanescentes.		Comité de Selecção tiver sido criado, o processo será acelerado.
		2. ORIENTA AINDA a Comissão a prosseguir com o recrutamento de vinte e quatro (24) agentes de segurança na categoria de GSB8 sob contrato a termo determinado, não renovável, para um período não superior a um (1) ano, enquanto se aguarda pela revisão da estrutura global da Divisão de Segurança e Protecção.	Recrutamento feito de acordo com SRR da UA e foram seleccionados 24 funcionários com contratos a termo determinado, com efeitos a partir de 8 de Fevereiro de 2014			AHRM	Implementada totalmente
22ª	EX.CL/Dec.770(XXIII) Decisão sobre Parcerias Estratégicas de África	Sobre ASA: 1. SOLICITA à Comissão, em colaboração com UNASUR, a facilitar a tarefa do Comité <i>Ad Hoc</i> e garantir a implementação adequada da Declaração de Malabo e do Plano de Acção; 2. SOLICITA à Comissão, em	A Comissão está em consulta com a parte da América do Sul sobre a implementação de projectos prioritários e criação de um mecanismo de financiamento da ASA.	Dificuldades no processo de coordenação entre as duas partes. N/A	Melhoria do diálogo de alto nível Análise do relatório de avaliação	BCP/ (PMCD)	Não implementada Implementada totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		conjunto com o Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais, a efectuar uma análise da parceria, com vista a avaliar o seu benefício para a parte africana.	Está em curso uma avaliação das Parcerias Estratégicas de África, incluindo ASA e o respectivo relatório está em processo de análise.				
		<p>Parceria África - Árabe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SOLICITA à Comissão, em colaboração com o Secretariado-geral da Liga dos Estados Árabes e o Estado do Kuwait, a determinarem a data exacta da Cimeira e a comunicarem atempadamente aos Estados-membros; 	A Cimeira teve lugar de 19 a 20 de Novembro de 2013 e culminou com uma (1) Declaração, oito (8) resoluções e um (1) comunicado sobre a Palestina. Os resultados foram aprovados pela Conferência da UA. A CUA, em colaboração com LAS, elaborou um Plano de Trabalho consolidado e conjunto que foi aprovado pelo Comité de Coordenação da Parceria África-Árabe.				Implementada totalmente
		<p><u>Transformação do Instituto Cultural África-Árabe num Instituto África-Árabe para a Cultura e Estudos Estratégicos:</u></p> <p>i) SOLICITA à Comissão, na sequência de consultas com o CRP e, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes, a analisar o desempenho do Instituto e</p>	Foi realizada a revisão conjunta de desempenho do Instituto Cultural África-Árabe e o respectivo relatório foi aprovado pela 3ª Cimeira África-Árabe em Novembro de 2013. A	N/A	Implementação da Resolução África-Árabe sobre o Instituto Cultural África-Árabe.		Implementada totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		através do Conselho Executivo do Instituto, fazer recomendações sobre a sua continuidade à 3ª Cimeira África-Árabe, que será realizada no Kuwait em Novembro de 2013;	Cimeira emitiu uma resolução que solicita à CUA e LAS a implementarem as recomendações de curto prazo referentes à revisão.		CUA e LAS foram instruídos pela Coordenação durante a sua 5ª Reunião no Kuwait a efectuarem consultas para ultrapassar os constrangimentos financeiros e administrativos do Instituto.		
		<p>ii) DECIDE disponibilizar imediatamente a Contribuição anual da UA de 150.000 \$EU para o Exercício de 2013. Nesse sentido, solicita-se ao Subcomité Consultivo de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras a considerar a disponibilização de um orçamento adicional de 100.000 \$EU;</p> <p>Africa - Turquia</p> <p>i) SOLICITA à Comissão, em colaboração com o país anfitrião, a efectuar os preparativos logísticos e materiais necessários para a 2ª Cimeira África-Turquia, a ser realizada em Outubro de 2013;</p> <p>ii) SOLICITA à Comissão, em conjunto com o Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais, a efectuar uma análise da parceria com vista a avaliar o seu benefício para</p>	<p>Foi efectuado o pagamento da contribuição da UA de 150,000 \$EU para o orçamento do instituto para o ano de 2013. Não foi realizada nenhuma acção em relação à disponibilização de um orçamento adicional de 100,000 \$EU</p> <p>A 2ª Cimeira África-Turquia foi reprogramada para 2014, em Malabo, Guiné Equatorial</p> <p>Uma avaliação da Parceria Estratégica de África, incluindo África-Turquia foi realizada e o relatório está em processo de análise</p>	<p>N/A</p> <p>N/A</p>	<p>Os preparativos da Cimeira estão em curso</p> <p>Análise do relatório de avaliação</p>		<p>Implementada parcialmente</p> <p>Implementada totalmente</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		a parte africana;					
		África - Índia RECORDA a Decisão EX.CL/Dec.730(XXII), da 22ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2013 e SUBLINHA a necessidade de concluir, com urgência, as consultas sobre os restantes institutos;	As consultas entre os Estados-membros ainda estão em curso na região Oriental para escolher o local para o Instituto Têxtil África-Índia		Índia apresentou as suas preocupações sobre as bases técnicas com o local escolhido para o Instituto de Agro-processamento África-Índia. Este deve ser analisado pela Região Norte	Exortar as regiões em causa a concluírem o processo	
		África - Coreia i) INSTA a Comissão a concluir a matriz de implementação do Plano de Acção Conjunto África-Coreia; ii) APELA para a realização, o mais cedo possível, da reunião conjunta de Peritos, para apoiar a matriz de implementação;	A CUA concluiu a matriz de implementação e submeteu-a à parte Coreana para análise A reunião está agendada para Outubro de 2014	N/A Constrangimento orçamento	Está em processo de análise por ambas as partes um projecto da matriz de implementação. Estão em curso os preparativos para a reunião		Implementada parcialmente
		África - UE: i) SOLICITA à Comissão a analisar a transferência da Parceria África-UE para as Parcerias de África para a Divisão apropriada; ii) EXORTA à Comissão da UA, Comité de Acompanhamento do Diálogo África-UE e Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais a acelerar os preparativos	A transferência está em curso. A 4ª Cimeira África-UE foi realizada de 2 a 3 de Abril de 2014 em Bruxelas, Bélgica. Antes da Cimeira, foram realizadas várias reuniões conjuntas para se chegar a um acordo sobre	Colaboração contínua	Deve-se desenvolver um roteiro baseado nas acções a serem levadas a cabo no âmbito da parceria África-UE, em colaboração		Implementada totalmente Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>para a 4ª Cimeira África-UE, prevista para 2 e 3 de Abril de 2014, em Bruxelas, Bélgica. APELA à Comissão a garantir com a UE que todos os preparativos logísticos e materiais necessários estejam concluídos dentro dos prazos e apresentar regularmente relatórios aos Estados-membros sobre o nível de preparação.</p>	<p>as principais prioridades para o futuro da parceria e analisar os documentos dos resultados da Cimeira, tais como a Principal Declaração, as Declarações sobre Migração; Agricultura; Alterações Climáticas; Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e Comércio e Indústria; o Relatório de Avaliação/Bilan e o Rumo a Seguir/Plano de Acção.</p> <p>Finalmente, a Cimeira aprovou a Principal Declaração, o Roteiro para o período 2014-2017 e a Declaração Autónoma sobre Migração e Mobilidade, conforme foi apresentado pelos Altos Funcionários.</p>		<p>com todos os departamentos.</p>		

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
23ª	EX.CL/Dec.771(XXIII) Decisão sobre o Relatório do Subcomité de Contribuições, incluindo a Revisão das Contribuições Estatutárias de Alguns Estados Insulares	SOLICITA à Comissão a contactar a República da Somália, a fim de chegar a um acordo sobre o pagamento das suas dívidas e SOLICITA que seja apresentado um relatório intercalar sobre a questão à próxima Sessão do Conselho Executivo;	Não foi realizado. PBFA tenciona envolver as autoridades da Somália depois da Cimeira de Junho			BDCP	Não implementada
24ª	EX.CL/Dec.774(XXIII) Decisão sobre o Relatório da Comissão Relativo à Implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)	1.1. SOLICITA à Comissão para, em consulta com os Estados-membros, actualizar e alargar a sua base de dados de modo a apresentar de forma apropriada os Relatórios sobre a situação da implementação da DSIGA, em todos os sectores relevantes, incluindo a avaliação do papel da mulher na comunicação social;	A Comissão organizou um Workshop de Capacitação para os países que ainda não apresentaram relatórios sobre a implementação de SDGEA. Na sequência deste Workshop de Capacitação, 6 países nomeadamente: Angola, Comoros, Malawi, Moçambique, Quénia e Sudão do Sul apresentaram os seus relatórios preliminares sobre a implementação de SDGEA. No total, 49 Estados-membros apresentaram relatório sobre a implementação de SDGEA.		A Comissão tenciona prestar assistência técnica aos Estados-membros através da afectação de um Perito para apoiar os 5 países que ainda não apresentaram relatório sobre SDGEA, para elaborarem os seus relatórios preliminares sobre SDGEA	WGD	Implementada parcialmente
		2. SOLICITA à Comissão a implementar a Decisão do	O Convite para a Apresentação de				Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>Conselho Executivo para garantir que a contribuição para o Fundo da Mulher Africana seja baseada nas modalidades de implementação escalonada de 1% das contribuições dos Estados-membros para o orçamento da UA de acordo com as Decisões da Conferência (Assembly/AU/Dec.277 (XVI) e do Conselho Executivo EX.CL/Dec.539 (XVI);</p>	<p>Propostas para 2013 foi novamente circulado juntos dos Estados-membros, de Janeiro de 10 a Março de 2014, em conformidade com a recomendação dos Ministros. A Comissão recebeu mais de 50 propostas de candidatura dos Estados-membros para o 2º Tema para 2014. Durante a Reunião Consultiva dos Ministros da UA, realizada no dia 14 de Março de 2014 na Missão de Observadores Permanentes da UA junto da ONU, durante a 58ª sessão emergente da ONU sobre CSW, os Ministros da UA seleccionaram por consenso o Tema Nº 5 de AWD “Ambiente e Alterações Climáticas” para o 4º Ano do Fundo para a Mulher Africana a ser alinhado com o tema da Conferência.</p>				
		<p>3.SOLICITA à Comissão a aumentar o seu apoio à Somália, especialmente na formação e capacitação da mulher, nos seus esforços de reconstrução, de modo a ter impacto no terreno.</p>	<p>A Comissão, em colaboração com AMISOM, organizou um Workshop de Avaliação das Necessidades para os Membros do Parlamento Federal da Somália, do</p>		<p>A Comissão irá trabalhar em estreita ligação com a AMISOM para garantir que as mulheres participem nos</p>		<p>Implementada parcialmente</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>sexo feminino. O Workshop identificou os objectivos estratégicos para o actual parlamento, concordou sobre o plano de acção e as actividades que seriam posteriormente implementadas e priorizadas em futuras sessões. Os Membros do Parlamento da Somália do sexo feminino identificaram as prioridades que iriam seguir com a ajuda da AMISOM e a Direcção de Assuntos de Género da CUA.</p>		<p>esforços de reconstrução.</p>		
25ª	<p>Decisão sobre o Relatório do Comité Africano de Peritos Relativo os Direitos e o Bem-Estar da Criança (ACERWC)</p>	<p>1. SOLICITA à Comissão a realizar um estudo sobre as medidas necessárias para garantir a continuidade dos membros da Comissão, incluindo a possibilidade de renovação do mandato dos membros para um novo mandato, em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.233 (VIII).</p>	<p>O DSA solicitou aconselhamento ao Gabinete do Conselheiro Jurídico o qual informou que a Decisão do Conselho Executivo Ex.CI/Dec 776(XXII) adoptada pela 23ª Sessão Ordinária em Maio de 2013 manifestou vontade dos Estados-membros da UA para alterar o Artigo 37.1 da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, a fim de "<i>garantir continuidade dos membros do Comité, incluindo a possibilidade de renovação</i></p>		<p>A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.</p>	DSA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<i>do mandato dos membros para um novo mandato”, a alteração deve passar por um processo preparado por um Estado-membro e submetido ao Presidente da União Africana, em conformidade com o Artigo 48º da Carta e o processo de adopção e ratificação pelos Estados-Partes antes da sua entrada em vigor.</i>				
		2. SOLICITA AINDA à Comissão a proceder a uma avaliação e apresentar um relatório à Cimeira de Janeiro de 2014, sobre a necessidade de financiamento e recursos humanos do Comité, de modo que seja equipado adequadamente para cumprir eficazmente com o seu mandato, tal como previsto na Carta Africana.	Foi enviado à Direcção de Administração e Recursos Humanos um memorando com a referência DSA/ACE/64/1509.13 de 15 de Outubro de 2013, consultando sobre o progresso na implementação da Decisão relativa à avaliação dos recursos financeiros e humanos necessários para o Comité. Contudo, não houve resposta e foi enviado um memorando sob a forma de lembrete com a referência DSA/ACE/64/363.14 de 12 de Março de 2014.		Seguimento sobre o memorando sob a forma de lembrete		Implementada parcialmente
26ª	EX.CL/Dec.780(XXIII) Decisão sobre a Candidatura Africana	SOLICITA à Comissão, em colaboração com os Estados-membros, a reforçar a				DPA	Não implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
	aos Cargos no Sistema Internacional	implementação dos debates relativos à candidatura da União Africana aprovada em comum e apoia a candidatura durante o processo de selecção/eleição, em conformidade com os requisitos dos instrumentos jurídicos da UA.					
27ª	EX.CL/Dec.785(XXIV) Decisão sobre as demonstrações financeiras da UA referentes ao ano de 2012	A Comissão a acelerar e concluir o estudo sobre a revisão salarial que inclui igualmente as taxas preferenciais para os Escritórios de Bruxelas e Genebra e submetê-la para análise durante a Cimeira da UA de Junho / Julho 2014;	O projecto preliminar do relatório foi submetido e está a ser analisado pelo Subcomité do CRP de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros	O estudo sobre a revisão salarial é um processo bastante técnico e pressupõe a elaboração de propostas mais abrangentes e realísticas	O relatório de actividades será apresentado à Cimeira de Junho de 2014	PBFA	Implementada totalmente
		A Comissão a envidar esforços com vista a melhorar o nível de implementação de todos os programas planificados em cada ano;	A implementação foi melhorada a partir do Exercício Financeiro de 2013, como resultado da alteração no calendário orçamental. O novo calendário de aprovação orçamental permite mais tempo para a planificação da execução orçamental. <ul style="list-style-type: none"> • Monitorização regular e eficaz • Revisão do calendário • Capacitação melhorada em programação (AWP) 	Dependência excessiva sobre o financiamento dos parceiros para os Programas e financiamento selectivo das actividades pelos Parceiros de Desenvolvimento	Aumento do financiamento dos Estados-membros da UA para apoiar a apropriação africana e a implementação de programas fundamentais de integração		Implementada totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<ul style="list-style-type: none"> Aprovação pelo departamento dos indicadores acrescidos em mais de 67 por cento em termos de absorção. Mais elevado na história da CUA, com a aprovação de IPSAS 				
		A Comissão a realizar um estudo sobre como o Conselho de Auditores Externos pode ser reforçado e apresentar um relatório à Cimeira da UA em Junho /Julho de 2014.	FRR revisto mudou a composição do Conselho de Auditores Externos e requer a nomeação de Chefes de Instituições Superiores de Auditoria dos membros do Conselho.	N/A	Nomeação de um Novo Conselho durante a Cimeira de Junho de 2014		Implementada totalmente
28ª	EX.CL/Dec.786(XXIV) Decisão sobre o Relatório do Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais relativo às Parcerias Estratégicas de África	<p>Parceria África – EU A Comissão, em colaboração com o Comité de Acompanhamento da Parceria África-UE e o Presidente do Subcomité do CRP de Parcerias Multilaterais a acelerar a acção relativa ao processo de preparação da Cimeira, incluindo a finalização dos documentos de trabalho e dos resultados.</p> <p>Processo África-China A Comissão, em colaboração com o país anfitrião, a efectuar os preparativos necessários e materiais para a 10ª Reunião dos</p>	A Cimeira teve lugar nos dias 2 e 3 de Abril de 2014 em Bruxelas	N/A	Implementação das decisões da Cimeira	BCP- PMCD	Implementada totalmente
			A preparação da 10ª Reunião de Altos Funcionários de FOCAC está em curso, a Comissão está em consulta com o	N/A	Preparativos em curso		Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		Altos Funcionários de FOCAC agendada para África do Sul, durante o 2º semestre de 2014	País Anfitrião.				
29ª	EX.CL/Dec.791(XXIV) Decisão sobre a Sexta Reunião Anual Ordinária Conjunta da Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças e a Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico	A Comissão a implementar a Resolução e a Decisão no parágrafo dois (2), antes da Vigésima Reunião Anual Ordinária Conjunta da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças e a Conferência da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico a ser realizada em, Abuja, Nigéria, em Março de 2014;	A Comissão convocou uma Reunião Extraordinária de Peritos relativa à Conferência da UA dos Ministros da Economia e Finanças, de 21 a 24 de Março em Abuja, Nigéria e apresentou o relatório da Reunião de Peritos à 7ª Reunião Anual Conjunta da UA/CEA realizada em Abuja, de 29 a 30 de Março de 2014.	Nenhuma	Resoluções das Reuniões Anuais Conjuntas a serem implementadas.	DEA	Implementada totalmente
30ª	EX.CL/Dec.792(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Recursos Pecuários	A Comissão a liderar e coordenar a formulação de uma Estratégia de Desenvolvimento da Pecuária para o Continente, que irá acelerar as reformas no sector e a plena materialização do seu potencial e apresentar relatório ao Conselho Executivo em Janeiro de 2015	A Comissão criou um Grupo de Orientação para responsabilizar-se e dar orientação estratégica e técnica para a formulação da estratégia. O Grupo de Orientação presidido pela CUA é composto por peritos das CER, organizações Internacionais, parceiros de desenvolvimento, organizações da Sociedade Civil, Sector	A 1ª sessão do CTE sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente será realizada em 2015. Isto irá retardar a análise e aprovação pela Conferência Ministerial e, portanto, a submissão da estratégia par análise e aprovação pelos Órgãos da UA. Isto deve-se ao facto de a Conferência Ministerial sobre a Pecuária já não ser realizada, uma vez que	É necessário validar o projecto da estratégia através de uma reunião dos representantes dos Estados-membros (Ministros de Pecuária) e se for permitido pode ser organizada antes do fim do ano, com antecedência para apresentação da estratégia para análise pelo	DREA/IBAR	Progresso assinalável em curso; será implementada cabalmente de acordo com o calendário definido, desde que seja dada permissão para realizar uma reunião de validação dos ministros de pecuária.

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			<p>Privado e representantes das Associações de Pecuária.</p> <p>O roteiro para a formulação da estratégia proposta pela Comissão foi aprovado pelo Grupo de Orientação e os recursos necessários para o exercício foram mobilizados dos parceiros (Gates Foundation).</p> <p>As avaliações regionais, incluindo a análise regional dos sistemas de produção pecuária, os seus constrangimentos, desafios e oportunidades e a identificação de medidas relevantes para abordar as questões prioritárias estão em curso, incluindo consultas com os intervenientes a nível regional.</p> <p>O projecto da estratégia estará pronto antes do fim do ano.</p>	será substituída pelo CTE	Conselho Executivo em Janeiro de 2015.		
31ª	EX.CL/Dec.793(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Nona	A Comissão a: <ul style="list-style-type: none"> • Acelerar a implementação do 	-Foram realizados exercícios de capacitação e planificação para			DSA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
	Sessão da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais	<p>Quadro de Harmonização do Sistema de Informação do Mercado Laboral da UA; e orienta que o Grupo Técnico de Trabalho sobre Emprego e Economia Informal deve ser Tripartido para incluir os parceiros sociais;</p> <ul style="list-style-type: none"> Colaborar com as CER para a harmonização das leis de trabalho e de protecção social, como parte das medidas para melhorar a migração laboral a nível regional como um factor importante no desenvolvimento sustentável 	<p>CEDEAO, SADC, CEA e CEEAC, que desenvolveram os seus roteiros regionais para a implementação de LMIS-HCF. De igual modo, os seus Estados-membros desenvolveram os seus roteiros nacionais. O formato das reuniões do Grupo Técnico de Trabalho em 2015 será organizado no novo formato. Não haverá orçamento alocado para LMIS em 2014.</p> <p>-A CUA juntou-se à OIT, OIM e CEA para o desenvolvimento de um Programa Conjunto sobre a Migração Laboral e Integração Regional que será submetido à Sessão Especial da Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais em Windhoek, em Abril de 2014.</p>				Implementada parcialmente
32ª	EX.CL/Dec.794(XXIV) Decisão sobre a Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VI)	<p>A Comissão a realizar as seguintes acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> criar um observatório de integração e desenvolver um quadro harmonizado para 	<ul style="list-style-type: none"> A CUA, em colaboração com a UNECA, começou a trabalhar na elaboração de um Índice Africano de Integração Regional (ARII) que visa avaliar a 	O estudo sobre as necessidades de integração dos países sem litoral e insulares não havia sido orçamentado para 2014.	<ul style="list-style-type: none"> ARII a ser elaborado até finais de 2014. COMAI VII terá lugar depois da Cimeira da UA, em Julho de 	DEA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		<p>avaliar cientificamente a implementação do processo de integração, usando indicadores de integração e Marcos Comuns de Avaliação, baseados na Agenda 2063 de África, após a aprovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> organizar um fórum de integração como uma plataforma de diálogo entre os sectores público e privado sobre assuntos de integração e ajudar a promover a implementação acelerada e o processo de elaboração de políticas eficazes; realizar um estudo sobre as necessidades de integração e de países insulares e sem litoral, com vista a desenvolver um programa de assistência especial para acelerar a sua integração. 	<p>implementação da Agenda de Integração Africana usando indicadores de quantidade e Marcos Comuns. O conceito do ARII foi apresentado durante a Conferência Conjunta da UA/UNECA dos Ministros da Economia e Finanças, realizada em Março de 2014, em Abuja, Nigéria. O ARII será apresentado à Sétima Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração (COMAI VII) para aprovação.</p>		<p>2014 .</p> <ul style="list-style-type: none"> O fórum de integração está agendado para o terceiro trimestre de 2014. O DEA irá procurar apoio dos parceiros para realizar o estudo sobre as necessidades de integração de países sem litoral e insulares. 		
33ª	EX.CL/Dec.795(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Sexta Sessão da	A CUA a fazer o acompanhamento da implementação dos resultados da Sexta Sessão da Conferência	A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho	A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão Ordinária do Conselho	A ACERWC incluiu este assunto no seu Relatório para a 25ª Sessão	DSA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
	Conferência da UA dos Ministros da Saúde e o Relatório da Quinta Reunião do Grupo de Trabalho Africano sobre a Segurança Alimentar e Nutricional	da União Africana dos Ministros da Saúde e a Quinta Reunião de ATFFND.	Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.	Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.	Ordinária do Conselho Executivo explicando a opinião do Gabinete do Conselheiro Jurídico da UA da UA e solicitando ao Conselho Executivo a tomar uma Decisão.		
34 ^a	EX.CL/Dec.799(XXIV) Decisão relativa à Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento Pós-2014, Adis Abeba, Etiópia, 30 de Setembro – 4 de Outubro de 2013	A Comissão, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas, especialmente o FNUAP, a facilitar a implementação das recomendações e a integração na Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e CONVIDA os membros do Comité de Alto Nível da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 a apoiarem plenamente este trabalho.	A CUA organizou uma reunião da Mesa da Comissão Africana para a População e um retiro dos Representantes Permanentes Africanos em Nova Iorque para consolidar a Posição Comum para a Conferência Mundial. Os resultados destes fóruns foram incluídos nas Resoluções da Quadragésima Sétima Sessão da Comissão sobre a População e Desenvolvimento			DSA	Implementada totalmente
		A Comissão da União Africana, através da Comissão Africana para a População, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas, especialmente o	Implementação em curso. O DSA prestou assistência e estabeleceu parceria com os Estados-membros e o FNUAP na Comissão				

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
		FNUAP, a fazer o seguimento da implementação das recomendações e apresentar relatório à Conferência.	para a População e Desenvolvimento em Abril de 2014.				
35ª	EX.CL/Dec.800(XXIV) Decisão sobre o Relatório da Quinta Sessão Especial da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN)	A Comissão, em colaboração com PNUA, UNECA, BAD e outros parceiros, a apoiar e facilitar a implementação das decisões da Quinta Sessão Especial da AMCEN e apresentar regularmente relatório ao Conselho Executivo.	<p>A mensagem principal, as recomendações, a declaração e a decisão da 5ª Sessão Especial da AMCEN foram usadas pelo Grupo Africano de Negociadores sobre as Alterações Climáticas (AGN) para as negociações em Março de 2014 pelo Grupo de Trabalho <i>Ad Hoc</i> sobre a Plataforma de Durban para a Acção Melhorada.</p> <p>O Secretariado da AMCEN preparou um projecto da Estratégia Comum para a Participação de África na Assembleia das Nações Unidas sobre o Ambiente (UNEA) e está actualmente a debater o assunto com as Missões Permanentes Africanas em Nairobi. O projecto será subseqüentemente apresentado e discutido com as Missões Permanentes Africanas em Adis Abeba, Genebra e</p>		A Mesa da AMCEN irá realizar a sua próxima reunião	DREA	Implementada parcialmente (80%). Função continua. A implementação requer algum tempo.

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: (Implementada total, parcialmente ou não implementada)
			Nova Iorque.				
36ª	EX.CL/Dec.808(XXIV) Decisão sobre a Localização do Instituto Africano de Remessas (AIR)	A Comissão a concluir o Acordo de Acolhimento com a República do Quênia para garantir a abertura formal do Instituto em 2014;	O Projecto do Acordo de Acolhimento está na fase de preparação pelo Gabinete do Conselheiro Jurídico. Será enviado à República do Quênia para comentários e preparação para a negociação;		O Acordo de Acolhimento será concluído pela CUA e Quênia antes da Cimeira de Junho de 2014	DSA	Implementada parcialmente (40% do projecto do acordo de acolhimento concluído)
		A Comissão, em colaboração com o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Organização Internacional para as Migrações, Comissão Europeia e os Parceiros de Desenvolvimento a apoiarem o Instituto	Já foram iniciados debates com a Comissão Europeia para possível financiamento para o Secretariado Provisório de AIR, a fim de continuar a realizar as actividades do projecto (tal como a base de dados dos valores das remessas “Envio de Dinheiro para África” até que AIR se torne plenamente funcional; Já foi alcançado acordo com a Delegação junto da UA para que o financiamento de AIR seja incluído no plano do Programa Pan-Africano (PAP)		Depois da conclusão do Acordo de Acolhimento, outros parceiros de desenvolvimento – Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e outros serão contactados para apoiarem os programas de AIR		Implementada parcialmente (a articulação com os parceiros está em curso e AIR é uma das seis iniciativas do 3º Plano de Acção da UA-EU sobre a migração para 2014 – 2016)
37ª	EX.CL/Dec.812(XXIV) Decisão sobre a Eleição do Conselho da Universidade Pan-	A Comissão a identificar rapidamente os candidatos competentes a nível regional, em consulta com os Membros da	Durante a sessão da COMEDAF VI, realizada em Yaoundé, em Abril de 2014, foi decidido que, com	Até a data limite de 05 de Maio nem todos os Estados-membros haviam respondido	Deve-se enviar urgentemente lembretes aos Estados-membros	HRST	Implementada parcialmente em 40%

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação: Implementada total, parcialmente ou não implementada)
	Africana	Mesa da COMEDAF e submeter uma lista regional de potenciais candidatos aos cargos de Presidente e Vice-presidente do Conselho da UPA para a próxima Conferência em Julho de 2014.	base na lista dos candidatos apresentados pelo Comissário dos RHST, os membros da Mesa da COMEDAF VI deve designar cada um dos candidatos da sua região. Varias agências com representação no Conselho já indicaram os seus candidatos		que ainda não responderam à solicitação inicial		

B. Decisões da Conferência

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
1ª	Assembly/AU/Dec. 452(XX) Decisão sobre a Criação do Observatório Africano da Ciência, Tecnologia e Inovação na República da Guiné Equatorial	SOLICITA à Comissão a submeter à próxima Sessão Ordinária da Conferência em Maio de 2013, os Estatutos, a Estrutura e as implicações técnicas de AOSTI aos relevantes Órgãos Deliberativos da União Africana	Os Estatutos da OASTI foram adoptados pelos Ministros durante a Sessão da AMCOST, realizada em Abril de 2014, em Brazzaville	Constrangimentos financeiros na implementação de AOSTI	Aprovação da estrutura de AOSTI no Departamento de HRST	HRST	Implementada parcialmente em 60%
2ª	Assembly/AU/Dec. 453(XX) Decisão sobre a Criação da Organização Pan-Africana da Propriedade	SOLICITA à Comissão a convocar uma reunião de todos os intervenientes que lidam com a propriedade intelectual na implementação desta Decisão até a Cimeira de Janeiro de 2014	Os Estatutos da OPAPII foram adoptados pelos ministros, durante a Sessão da AMCOST, realizada em	Concordância por parte dos principais intervenientes	Acordo de acolhimento a ser concluído entre a CUA e Tunísia. Reunião Ministerial a ser	HRST	Implementada parcialmente em 30%

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
	Intelectual (PAIPO)		Abril de 2014, em Brazzaville		realizada no segundo semestre de 2014, após a aprovação dos Estatutos de PAIPO		
3ª	Assembly/AU/Dec. 454(XX) Decisão sobre a Transformação da Comissão da Autoridade da União Africana	SOLICITA à Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes e em conformidade com o procedimento definido, a apresentar em primeiro lugar as recomendações adequadas sobre o reforço da Comissão, tomando em conta o trabalho já realizado relativo à Autoridade, para a Sessão Ordinária da Conferência em Maio de 2013.	O Gabinete do Conselheiro Jurídico está a realizar internamente um estudo sobre as áreas das funções da CUA que devem ser reforçadas, tomando em conta o trabalho já realizado sobre a Autoridade, bem como as prioridades da UA.		As recomendações sobre este assunto devem ser submetidas à Cimeira de Janeiro de 2015.	OLC	Implementada parcialmente
4ª	Assembly/AAU/Dec. 455 (XX) Decisão ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano	DECIDE que consultas mais aprofundadas devem ser realizadas sobre o Projecto de Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano, em particular, em relação aos seus Artigos 8.1(a) e 8.2 sobre os poderes legislativos e de supervisão DECIDE AINDA adiar a análise do Projecto de Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana Relativo ao Parlamento Pan-africano para a sua próxima sessão ordinária, em Maio de 2013	1. Sobre a implementação da referida decisão, a Comissão convocou uma reunião consultiva com o Parlamento Pan-africano no dia 21 de Fevereiro de 2014 em Midrand, África do Sul. 2. A segunda reunião Consultiva entre a Mesa do CRP, a Mesa do PAP e a Comissão foi realizada na África do Sul, Midrand, nos dias 3 e 4 de Maio de 2014 para analisar o Protocolo e, em particular, o Artigo 8.1 (a) e 8.2 relativo aos poderes legislativo e de supervisão”. 3. O projecto do Protocolo será submetido à reunião do Comité Técnico		O Projecto do Protocolo será submetido aos Órgãos Deliberativos da UA para análise e aprovação.	OLC	Totalmente implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			Especializado para Justiça e Assuntos Jurídicos a ser realizado em Adis Abeba, Etiópia, em Maio de 2014.				
5ª	Assembly/AU/Dec. 456(XX) Decisão sobre a Conferência da União Africana Relativa ao Desenvolvimento e Questões de Integração	1. DECIDE dedicar as sessões de Junho e Julho para a análise das questões de desenvolvimento e integração.	Em processo de implementação			OSGC	Implementada parcialmente
		2. SOLICITA à Comissão a tomar as medidas necessárias para a implementação desta decisão, com início em Julho de 2014	Em processo de implementação				Implementada parcialmente
6ª	Assembly/AU/Dec. 462(XX) Decisão para Acolher o Instituto de Estatísticas da União Africana	1. SOLICITA à Comissão, em colaboração com o Governo da Tunísia, a tomar as medidas necessárias para a criação e acolhimento do Instituto de Estatísticas da União Africana, conforme a proposta;	A Comissão preparou o Plano Estratégico do Instituto de Estatísticas da União Africana para o período 2014-2018. Este Plano Estratégico foi analisado pela última reunião do Comité de Directores-gerais dos Gabinetes Nacionais de Estatísticas. A CUA está a preparar um Plano Estratégico para o Centro Pan-africano de Formação.	Esta actividade foi agendada para o último ano. Contudo, o Departamento não foi capaz de concluir os documentos. O Departamento necessita de recursos financeiros adicionais para concluir o trabalho.	A Comissão irá realizar a visita de trabalho na Tunísia em Maio/Junho de 2014 para finalizar o Acordo de Acolhimento com as Autoridades da Tunísia. A CUA irá concluir o acordo de acolhimento para o centro de formação.	DEA	Implementada parcialmente
		2. SOLICITA AINDA à Comissão, em colaboração com o governo da Tunísia a analisar formas e meios de criar o Instituto e apresentar relatório à Cimeira de Janeiro de 2014	O projecto do acordo de acolhimento está em preparação.				Implementada parcialmente
7ª	Assembly/AU/Dec. 465(XX) Decisão sobre a Coligação Sul-Sul e Triangular em apoio ao período pós-2015 em África	1. SOLICITA à 6ª Conferência Conjunta da União Africana-Comissão Económica para África dos Ministros das Finanças, Economia e Planificação, a aprofundar as reflexões sobre a operacionalização da Coligação.	A 7ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA-CEA dos Ministros das Finanças, Economia e Planificação abordou mais profundamente este assunto.		A proposta sobre a implementação da Decisão será submetida à Cimeira de Junho em Malabo, e se for aprovada será	DEA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		2.SOLICITA à Comissão, em colaboração com CEA, PNUD, BAD e a Agência da NEPAD, União Europeia, Banco Mundial, OIF, parceiros bilaterais do Sul e do Norte e o Governo da Guiné a tomarem os passos necessários para implementar esta Decisão e apresentar relatório à Sessão da Conferência em Janeiro de 2014.	A 7ª Reunião Anual Conjunta concordou em implementar a Decisão		implementada pelas partes envolvidas.		Implementada parcialmente
8ª	Assembly/AU/Dec. 474(XXI) Decisão sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015	1.SOLICITA à Comissão, em consulta com as Comunidades Económicas Regionais e os parceiros relevantes, a continuarem a envolver os Estados-membros, incluindo o Comité dos Representantes Permanentes em Adis Abeba e o Grupo Africano em Nova Iorque, com vista a desenvolver uma Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, para análise durante a próxima Cimeira agendada para Janeiro de 2014.	A CUA, em colaboração com os parceiros, preparou um projecto da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que foi aprovada pela Cimeira de Janeiro de 2014		Lançamento oficial da CAP Implementar o roteiro (reunião com Genebra, Bruxelas, Washington DC, Representantes Permanentes para apresentar informação sobre a CAP.	DEA	Implementada parcialmente
		2. SOLICITA AINDA à Comissão, Agência da NEPAD, UNECA, BAD, PNUD, FNUAP e as outras organizações relevantes que trabalham no domínio social a criarem um grupo técnico de trabalho, a fim de traduzir as prioridades africanas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 em objectivos, metas e indicadores específicos para inclusão no processo dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) e a Agenda Global Pós-2015.	A CUA preparou uma estratégia de negociação e de advocacia para ajudar os Negociadores Africanos durante os processos de negociação e um roteiro para promover e influenciar o debate mundial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 DA. A CUA desenvolveu um projecto de objectivos, metas e indicadores para a Posição Comum Africana.	Falta de recursos para organizar a reunião dos <i>sherpas</i> (emissários) e participar nos processos de negociação e implementar o roteiro	Organizar uma reunião de vários doadores e uma reunião do Comité de Alto Nível durante a próxima cimeira A CUA tenciona organizar uma reunião de peritos para analisar os objectivos, metas		

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
					e indicadores		
9 ^a	Assembly/AU/Dec. 475(XXI) Decisão sobre a Criação do Comité de Alto Nível dos Chefes de Estado e de Governo Relativo à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015	CONFERE MANDATO à Comissão, à Agência da NEPAD, em colaboração com UNECA, BAD e PNUD e outras Organizações relevantes, para operar no sector social a fim de apoiarem as actividades do Comité de Alto Nível.	A Posição Comum Africana foi lançada em Ndjamena em Fevereiro de 2014 pelos membros da HLC. A CUA organizou um retiro com os Embaixadores Africanos em Nova Iorque e com os principais intervenientes para apresentar informação sobre as prioridades da Posição Comum Africana e debater a forma de influenciar o processo de negociação. Os <i>Sherpas</i> membros da HLC participaram no retiro e moderaram as diferentes sessões.	Falta de recursos para organizar a reunião dos <i>sherpas</i> e da HLC e participar no processo de negociação	A CUA tenciona organizar a reunião com as missões africanas em Genebra e Bruxelas com o apoio dos <i>Sherpas</i> e HLC para apresentar um informe sobre a Posição Comum Africana. A CUA irá organizar uma reunião da HLC à margem da Cimeira de Junho, para abordar o progresso alcançado na negociação.	DEA	Implementada parcialmente
10 ^a	Assembly/AU/Dec. 476(XXI) Decisão sobre o Desenvolvimento do Plano Estratégico da União Africana para o período 2014-2017 e a Agenda 2063 da UA	<p>1. TOMA NOTA AINDA do progresso no desenvolvimento da Agenda 2063 da UA e INCENTIVA a Comissão da UA, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica para África para continuarem a melhorar o Projecto de Documento do Quadro, através do processo de consulta envolvendo todos os segmentos da Sociedade Africana.</p> <p>2. APROVA a recomendação pelo Conselho Executivo que apela à Comissão a apresentar o</p>	<p>Contribuição do sector de turismo durante o Grupo Ministerial de Trabalho em Seychelles, de 13 a 14 de Março de 2014;</p> <p>A contribuição do sector de transporte foi definida na 3^a Sessão da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes em Malabo, Guiné Equatorial, de 7 a 11 de Abril de 2014</p> <p>Foi elaborado um Documento de Inspiração relativo à Agenda 2063 e será</p>			DIE	Totalmente implementada
				Calendários		SPPMERM	

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		Documento Quadro para análise pelos Órgãos Deliberativos da UA em Janeiro de 2014 e a Agenda Final 2063 para aprovação em Junho de 2014.	apresentado à Cimeira em Junho de 2014. O documento foi preparado após várias consultas envolvendo todos os sectores da Sociedade Africana, incluindo todas as CER.				
11 ^a	Assembly/AU/Dec. 478.(XXI) Decisão sobre a Implementação dos Projectos de Legado da Diáspora Africana a nível mundial	<p>1. CONFERE MANDATO ao Comité Técnico de Peritos para coordenar e monitorizar a implementação de Cinco Projectos de Legado que foram adoptados durante a Cimeira Mundial da Diáspora Africana em Maio de 2012 e aprovados pela Conferência em Julho de 2012;</p> <p>2. CONFERE AINDA MANDATO ao Comité para definir parâmetros, termos de referência, identificar agências de implementação e explorar as modalidades de financiamento para a implementação de cada um dos cinco projectos de legado.</p> <p>3. SOLICITA à Comissão a facilitar a convocação da primeira reunião deste Comité em Junho de 2013, a fim de acelerar o cumprimento do seu mandato neste sentido;</p> <p>3. SOLICITA AINDA ao Comité Técnico de Peritos a apresentar relatório à próxima Sessão Ordinária</p>	<p>Consulta realizada com vários intervenientes e diferentes instituições que irão servir como membros do Comité Técnico para realizar a reunião inaugural no fim de Maio de 2014.</p> <p>A consulta efectuada com vários intervenientes e com diferentes instituições irá ajudar ao Comité Técnico na realização da reunião inaugural no fim de Maio de 2014.</p>	Garantir um acordo com datas específicas durante o mês de Maio de 2014. O quadro provou ser extremamente difícil, dado o calibre do pessoal envolvido e a ampla variedade das Instituições.	Com base nas actuais consultas, estão em curso acções concretas para a 1ª reunião inaugural a ser realizada nos meados de Julho de 2014	CIDO	<p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p> <p>Não implementada</p>

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		da União Africana em Janeiro de 2014.					
12ª	Assembly/AU/Dec. 482(XXI) Decisão sobre a Jurisdição Internacional, Justiça e o Tribunal Penal Internacional (TPI)	SOLICITA à Comissão da União Africana, em colaboração com a Comissão da União Africana para o Direito Internacional (AUCIL) a organizar uma sessão de reflexão, com a participação dos Estados-membros, todos os Órgãos relevantes da União Africana e outros intervenientes, como parte do debate sobre o 50º Aniversário em áreas amplas do Sistema Internacional de Justiça Penal, Paz, Justiça e Reconciliação, bem como o impacto/acções do TPI em África, para não só informar o processo do TPI mas também procurar formas de reforçar os mecanismos africanos para lidar com os desafios e problemas africanos;	OLC elaborou uma Nota de Conceito da Sessão de Reflexão; - O Workshop de Validação da Nota de Conceito da Sessão de Reflexão teve lugar nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2013; - A Sessão de Reflexão teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 16 e 17 de Dezembro de 2013. - As recomendações da Sessão de Reflexão foram submetidas aos Órgãos Deliberativos da UA em Janeiro de 2014, através do Relatório da Comissão sobre a implementação das Decisões da Conferência do TPI.			OLC	Implementada totalmente
13ª	Assembly/AU/Dec. 486(XXI) Decisão sobre Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana	SOLICITA à Comissão a submeter Relatório à Conferência dos Ministros das Finanças e Planificação Económica para a sua análise urgente e proposta concreta de financiamento e as modalidades de implementação de diferentes opções propostas, incluindo a exploração acrescida das contribuições avaliadas e outras propostas adicionais pelos Estados-membros e apresentar relatório à	O Relatório foi submetido à 7ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA-CEA dos Ministros das Finanças, Economia e Planeamento e foi partilhado com o Grupo de Trabalho Ministerial para concluir as modalidades de implementação.	O Grupo de Trabalho Ministerial que devia reunir-se à margem do Grupo Africano de Desenvolvimento entre 19 a 23 de Maio de 2014 em Kigali, Ruanda, foi adiado	O Grupo de Trabalho Ministerial irá reunir-se à margem da reunião do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento em Kigali, Ruanda, entre os dias 19 e 23 de	DEA	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		Conferência na sua próxima Sessão Ordinária em Janeiro de 2014;			Maio de 2014 para concluir as modalidades de implementação antes da submissão aos Ministros das Finanças. O relatório final será submetido à Cimeira de Junho em Malabo.		
	Assembly/AU/Dec. 487(XXI) Sobre a criação da Fundação da União Africana	SAUDA a proposta da criação da Fundação da UA para as contribuições voluntárias para o financiamento da União Africana; DECIDE criar a Fundação da UA para acomodar o sector privado, pessoas singulares e outras doações ou contribuições; APELA aos Estados-membros, sector privado, doadores, filantropos e pessoas singulares para contribuírem para a Fundação garantir a sua operacionalização.	Concluiu a nota de referência que explica o propósito, <i>modus operandi</i> e as prioridades do programa da Fundação da UA; a Carta da Fundação da UA registada nas Maurícias (Fevereiro de 2014); a primeira sessão do Conselho Inaugural da FUA realizado de 1 a 2 de Maio de 2014. O lançamento oficial da Fundação está agendado para a Cimeira de Janeiro de 2015, com enfoque para a angariação de fundos para as operações e o fundo de dotações; até 30% dos fundos angariados directamente para o orçamento de programas da Comissão, os restantes fundos para (i) Integração e gestão da Diversidade; (ii) Desenvolvimento de Recursos Humanos e de Competências; (iii) Desenvolvimento da Juventude e	Angariação de fundos para garantir sustentabilidade e criação de um Secretariado principal	Lançamento agendado para a campanha de Angariação de Fundos, tendo como alvo o sector privado e cidadãos africanos	BCP	Implementada totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			Empreendedorismo e (iv) Capacitação da Mulher.				
15ª	Assembly/AU/Dec. 489(XXI) Decisão sobre a Criação da Capacidade Africana para a Resposta Imediata às Crises	<p>1. SOLICITA ao Presidente da União Africana e à Presidente da Comissão da União Africana a efectuarem consultas adequadas para reforçar, tanto quanto possível, o apoio e a aderência à implementação desta decisão;</p> <p>2. SOLICITA à Comissão a definir modalidades detalhadas para a operacionalização de ACIRC e apresentar recomendações a este respeito numa reunião do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (STCDSS) a ser realizada, o mais tardar, no último trimestre de 2013;</p> <p>3. SOLICITA AINDA à Presidente da Comissão a submeter um relatório sobre a implementação desta Decisão na sua próxima Sessão Ordinária, em Janeiro de 2014</p>	<p>Criação de uma Equipa de Peritos providenciada pelos Estados-membros para definir as modalidades para a criação do Centro de Operação e outros elementos relevantes para a implementação de ACIRC</p> <p>1. Disseminação da Declaração de STCDSS junto dos Estados-membros e brigadas regionais para o acompanhamento e acção, conforme for adequado.</p> <p>2. A Comissão tem enviado esforços contínuos para a convocação da 8ª STCDSS durante o terceiro trimestre de 2014.</p> <p>3. Elaboração pela Comissão de um plano de implementação para as recomendações contidas no Relatório de Avaliação da ASF,</p>	<p>Necessidade de mobilizar mais peritos dos Estados-membros para realizarem as tarefas definidas</p> <p>Necessidade de mobilizar recursos financeiros para facilitar os passos necessários para o acompanhamento</p> <p>- Necessidade de recursos financeiros adequados para a realização bem-sucedida do Exercício.</p> <p>- Constrangimentos de tempo para a realização do Exercício.</p>	<p>Aceleração dos esforços em curso em prol da criação do Centro Estratégico de Coordenação de Operações e conclusão de outros aspectos relevantes para a operacionalização do ACIRC</p> <p>- Conclusão do plano de implementação e sua inclusão no Roteiro III para ASF</p> <p>- Elaboração de estatutos e outros documentos jurídicos que regem o funcionamento da AFRIPOL e o financiamento, quando a Declaração de Argel for aprovada pelos</p>	P&S	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			<p>conforme aprovado pela 7ª STCDSS, e a Conferência da União;</p> <p>4. Acompanhamento das disposições da Declaração de STCDSS relativa à convocação de uma reunião dos Chefes da Polícia. A reunião teve lugar em Argel, nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2014, e aprovou uma Declaração sobre a criação do Mecanismo Africano para a Cooperação Policial – AFRIPOL. Foi submetido um relatório separado ao Conselho Executivo a este respeito;</p> <p>5. Continuação da preparação para a realização do Exercício designado por Amani Africa II, incluindo o uso deste Exercício para testar a prontidão da ASF e a sua Rápida Capacidade de Afecção (RDC). Isto incluiu consultas regulares com a</p>		<p>Órgãos Deliberativos</p> <p>- Continuação e aceleração da preparação para o Exercício AMANI Africa II</p>		

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			<p>SADC no Lesoto, na qualidade de país anfitrião;</p> <p>6. Realização de uma Missão de Avaliação no Terreno, no Lesoto, em Fevereiro de 2014, a fim de avaliar as instalações, o local da formação e o local para a realização do Exercício Amani Africa II.</p> <p>7. Realização da reunião entre o Comissário da UA para a Paz e Segurança e o Primeiro-ministro do Lesoto, em Fevereiro de 2014, para um intercâmbio sobre o Exercício Amani Africa II e as formas e meios de garantia do sucesso deste Exercício;</p> <p>Início de contactos com Zâmbia relativos à convocação da Reunião dos Ministros dos Estados-membros civis relevantes em 2014.</p>				
16 ^a	Assembly/AU/Dec. 491(XXII) Decisão	A Presidente da Comissão a submeter um relatório detalhado	O DPS concluiu o Roteiro III da ASF actualizado que irá	Disponibilização de recursos para	Esforços	Paz e	Implementad

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
	sobre o Relatório da 7ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção em África	sobre a implementação desta Declaração na próxima Sessão Ordinária em Junho de 2014.	reflectir uma integração das recomendações do Relatório de Avaliação da ASF, o Relatório de Análise das Necessidades de Formação da ASF e o Roteiro da ACIRC.	implementar as recomendações. O prazo de implementação é bastante curto para algumas das actividades.	contínuos para acelerar a implementação através da disponibilização dos recursos necessários.	Segurança	a parcialmente
17ª	Assembly/AU/Dec. 492(XXII) Decisão sobre a Melhoria da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em África	A criação de um Grupo de Trabalho Africano sobre a Desertificação e Gestão Sustentável da Terra, a ser convocado pela Comissão;	Foram elaborados os Termos de Referência sobre a composição do Grupo de Trabalho, as responsabilidades dos membros do grupo e as modalidades para a convocação da reunião do Grupo de Trabalho. Vários membros fundamentais do Grupo de Trabalho foram informados informalmente.	Constrangimentos orçamentais para a convocação da primeira reunião do Grupo de Trabalho	Reprogramar a convocação da primeira reunião do Grupo de Trabalho à margem da Segunda Semana de Terras Secas de África, em Agosto ou Setembro de 2014	DREA	Implementada parcialmente (20%)
		A Comissão a rever o Mecanismo Africano de Coordenação existente, a fim de fortalecê-lo e melhorar o envolvimento de África nos processos de CNUCD	Foram iniciadas consultas com a Coordenação Regional da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação localizada em Tunis, que tem servido como principal centro de coordenação para os Negociadores Africanos criarem um Mecanismo Africano de Coordenação sob os auspícios da CUA. Foi desenvolvido o projecto do Mecanismo de Coordenação.		Realizar consultas mais aprofundadas com os parceiros e os Negociadores Africanos sobre o projecto de Mecanismo de Coordenação antes da sua conclusão.		Implementado parcialmente (50%)

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		A Comissão deve racionalizar e fortalecer as suas unidades especializadas, em particular o Desenvolvimento e a Pesquisa de Cereais Alimentares Semi-Áridos (SAFGRAD) e a Unidade de Alterações Climáticas e Desertificação (CCDU) para uma provisão eficaz e rigorosa da plataforma necessária para orientação, partilha de experiência e coordenação dos Centros Africanos de Excelência sobre Desertificação.	Uma Nota de Conceito sobre a racionalização e fortalecimento de CCDU e SAFGRAD está em processo de elaboração. A Nota de Conceito faz a revisão dos mandatos e apresenta o complemento de pessoal das duas entidades e as propostas para o seu fortalecimento. Em curso consultas entre SAFGRAD e a Divisão de Gestão Ambiental, Alterações Climáticas, Água e Saneamento.		Elaboração de uma Proposta para a análise pelos órgãos deliberativos relevantes da UA	DREA	Implementada parcialmente (40%)
18ª	Assembly/AU/Dec. 493(XXII) Decisão sobre o Relatório de Actividades da Comissão relativo à Implementação das Decisões sobre o Tribunal Penal Internacional	Prorrogar a jurisdição do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos para julgar crimes internacionais no Continente e SOLICITA à Comissão, em colaboração com todos os intervenientes, a acelerar o processo com vista a apresentar relatório à Conferência em Junho de 2014	Vide decisão EX.CL766(XXII) acima.			OLC	Implementada parcialmente
19ª	Assembly/AU/Dec. 494(XXII) Decisão sobre o Progresso relativo à Saúde Materna, Neonatal e Infantil	A Comissão, em colaboração com o Sistema das Nações Unidas e outros Parceiros de Desenvolvimento, a facilitar a implementação das recomendações e o Plano de Acção;	As Agências das Nações Unidas e outros parceiros comprometeram-se a implementar as acções identificadas que estão relacionadas com os seus mandatos e actualmente estão a concretizar planos de actividades para serem implementados em 2014 sob a orientação do Plano de Acção. As Agências das Nações Unidas e os parceiros irão partilhar os seus planos			DSA	Implementada parcialmente (30%)

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			para a implementação do Plano de Acção quando estes tiverem sido concluídos. A CUA irá, posteriormente, monitorizar a implementação do Plano de Acção com base nestes planos.				
		A Comissão a incluir o relatório sobre a implementação do Plano de Acção no seu Relatório Anual sobre Saúde Materna, Neonatal e Infantil em África.	O relatório sobre a implementação do Plano de Acção será incorporado no Relatório sobre a Situação de Saúde Materna, Neonatal e Infantil em 2015.				Implementada parcialmente (a preparação do Relatório de 2015 está em curso)
20ª	Assembly/AU/Dec. 496(XXII) Decisão sobre a Adopção e Implementação da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 (2050 AIM Strategy)	A Comissão a facilitar a criação do Grupo de Trabalho Especial e Estratégico para preparar os detalhes técnicos visando a implementação atempada da Zona Marítima Exclusiva Combinada da Estratégia AIM 2050, em conformidade com as Convenções Marítimas e Leis Internacionais	A Comissão tenciona criar este Grupo de Trabalho Especial no terceiro e quarto trimestres de 2014. Passos iniciais irão criar e desenvolver os Termos de Referência do Grupo de Trabalho. Além disso, deve-se identificar e convidar Parceiros Internacionais tais como a Divisão de Assuntos do Oceano das Nações Unidas e o Direito do Mar (DOALOS) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.	Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada.	APROVAR o Relatório sobre a avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia. APROVAR a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da UA (DMA). APROVAR as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o	OLC em colaboração com os departamentos relevantes	Implementada parcialmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
					DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (Dois Milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil, Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (Quatro Milhões, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de 2015.		
		O Presidente da União Africana e a Presidente da Comissão da União Africana a efectuarem consultas com as Comunidades Económicas Regionais / Mecanismos para incentivar a adesão e obter o maior apoio possível para a implementação da Estratégia de AIM para 2050	Não foram realizadas consultas formais até à data. Contudo, importa salientar a iniciativa de algumas CER/RMs para a Comissão, nomeadamente as sessões de trabalho na Sede da CUA, com as delegações da Força de Reserva da África Oriental e IGAD. A CUA participa igualmente no processo de Yaoundé, com 25 Estados-membros e tenciona criar uma cooperação ainda melhor com a participação, por	Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada.	APROVAR o Relatório de avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia. APROVAR a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da	OLC em colaboração com os departamentos os relevantes	

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			<p>exemplo, de IGAD, COMESA, SADC, Organização Marítima para a África Central e Ocidental (MOWCA) com vista a criar sinergias entre as CER/RM que poderia ser feita através de projectos tais como o Programa Regional para a promoção da Segurança Marítima na África Oriental e Austral e o Oceano Índico (MASE). Tomou nota ainda da Estratégia Marítima recentemente adoptada da CEDEAO [29 de Março de 2014], que está em linha com a Estratégia de AIM de 2050.</p>		<p>Comissão da UA (DMA). APROVAR as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (dois milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil e Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (quatro milhões, seiscentos e Quarenta e Seis Mil e Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de 2015.</p>		
		<p>A Comissão, no âmbito da implementação, a realizar uma avaliação das implicações estruturais e financeiras da Estratégia e apresentar relatório à próxima sessão da Conferência em Junho de 2014;</p>	<p>A Presidente da Comissão da União Africana nomeou um Grupo de Trabalho para supervisionar a implementação da decisão e trabalhar sobre as implicações estruturais e financeiras. O Conselheiro</p>	<p>Sem alocações orçamentais para esta actividade quando a Decisão foi aprovada.</p>	<p>APROVAR o Relatório de avaliação das implicações estruturais e financeiras da</p>	<p>OLC em colaboração com os departamentos os relevantes</p>	

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			<p>Jurídico foi nomeado para o cargo de Coordenador da Comissão.</p> <p>A Comissão da União Africana elaborou uma proposta da Estrutura Organizacional e o orçamento inicial para o 2º semestre de 2014 e o Exercício Financeiro de 2015.</p> <p>De acordo a Decisão que aprova a Estratégia AIM 2050 e a Declaração de Adis Abeba da Estratégia AIM 2050 que aprovou a proposta de criar, dentro da Comissão da UA, um Departamento de Assuntos Marítimos (DMA) com plenos direitos para abordar de forma abrangente as vias navegáveis interiores, desafios e oportunidades geoestratégicos dos oceanos e mares transversais e multifacetados, deve-se observar que a proposta da estrutura organizacional pressupõe 28 cargos e serão necessários 28 funcionários. Esta abordagem é consistente com a gestão da Estratégia AIM 2050 a nível continental. Tal como o nome sugere, é de facto uma Estratégia Integrada de África e por esta razão (a sua natureza transversal e abrangente e a abordagem marítima integrada), a sua</p>		<p>Estratégia.</p> <p>APROVAR a proposta da Estrutura Organizacional para o Departamento de Assuntos Marítimos da Comissão da UA (DMA).</p> <p>APROVAR as estimativas orçamentais para o 2º semestre de 2014 para o DMA, na ordem de 2,927,135 \$EU (Dois milhões, Novecentos e Vinte e Sete Mil, Cento e Trinta e Cinco Dólares Americanos) e 4,646,367 \$EU (Quatro milhões, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Sessenta e Sete) Dólares Americanos para o exercício financeiro de</p>		

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			<p>implementação deve cumprir com o requisito básico de coordenação em reacção às acções a serem levadas a cabo e a procura de soluções.</p> <p>O orçamento estimado para o início é de 3 milhões de \$EU para o 2º semestre de 2014 e cerca de 4,6 milhões de \$EU para 2015 para as acções previstas conforme está contido no plano de acção, incluindo o pessoal.</p>		2015.		
21ª	Assembly/AU/Dec. 497(XXII) Decisão sobre a Sustentabilidade da Rede Electrónica Pan-africana	<p>A Comissão a envidar todos os esforços para garantir a continuidade da operação da rede (PAeN) depois do término da assistência da Índia, em colaboração com o país anfitrião da Rede da Estação (Senegal), Índia e os países participantes da rede;</p>	<p>Negociado com Índia para a prorrogação da sua assistência em curso para um período de 2 anos, a partir de 14 de Julho de 2014.</p> <p>A CUA irá aproveitar esta oportunidade para desenvolver e implementar a estratégia para a sustentabilidade dos serviços da rede, conforme a solicitação da Cimeira da UA em Janeiro de 2014</p>	Sem orçamento		DIE	Não implementada
		<p>A Comissão a preparar e submeter aos Estados-membros, durante a Sessão de Janeiro da Conferência de 2015, um plano de acção para a sustentabilidade dos serviços da rede.</p>	<p>Foi elaborado e submetido à direcção da CUA um Plano de Acção para 2014, incluindo o desenvolvimento do plano solicitado para garantir a sustentabilidade dos serviços da rede, para efeitos de alocação orçamental uma vez que o actual orçamento de 2014 não inclui qualquer recurso</p>	Sem orçamento	Preparação de uma solicitação para o CRP	DIE	Não implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
			para PAeN.				
22ª	Assembly/AU/Dec. 502(XXII) Decisão sobre o Décimo Terceiro Relatório do Comité dos Dez Relativo à Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	A Comissão a organizar um Retiro Ministerial sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.	A Comissão planificou a realização do Retiro durante o segundo semestre de 2014			DPA	Parcialmente Implementada
23ª	Assembly/AU/Dec. 503(XXII) Decisão sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015	A Comissão a mobilizar fundos no âmbito do orçamento anual de 2014, para financiar a implementação das actividades relacionadas com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.	A Comissão preparou um programa de actividades para o trabalho da HLC e o processo de negociação. Estão em curso consultas com a UE e DFID sobre o financiamento das actividades.		Continuar com as negociações com os parceiros	DEA	Parcialmente Implementada
24ª	Assembly/AU/Dec. 505 (XXII) Decisão sobre o Comité Africano de Alto Nível para o Comércio Doc. Assembly/AU/10(XI)	CONFERE MANDATO aos Ministros de Comércio para realizar uma sessão extraordinária a fim de analisar e adoptar um plano de trabalho, negociar as modalidades e os princípios para o lançamento eficaz das negociações da ZCLC em 2015, bem como analisar os relatórios sobre a resposta de África e as implicações do Acordo de Bali e os Estudos de Avaliação de África sobre AGOA, a serem apresentados através do Comité de Alto Nível para o Comércio, durante a próxima Cimeira em Junho de 2014; APELA a inclusão de Acordos de Parceria Económica na Agenda da Cimeira Conjunta África-UE em Abril de 2014, para garantir que o Diálogo de Alto Nível supere o actual impasse sobre APE. Além disso,	O Grupo de Trabalho Continental sobre a ZCLC reuniu-se de 7 a 8 de Abril de 2014 para preparar a Reunião Ministerial. Os Ministros reuniram-se numa sessão extraordinária de 27 a 28 de Abril de 2014, precedida da Reunião de Altos Funcionários de 23 a 26 de Abril para analisar o plano de trabalho, negociar as modalidades e os princípios para o lançamento eficaz das negociações da ZCLC em 2015. Os Ministros analisaram igualmente os relatórios sobre as implicações do Acordo de Bali e um estudo de avaliação sobre AGOA. O relatório será enviado à	Tempo limitado e falta de recursos orçamentados para a reunião Ministerial foram superados devido ao patrocínio da reunião pelo PNUD	A fase preparatória para o lançamento da ZCLC em Junho/Julho de 2015 requer recursos financeiros e compromisso de todos os intervenientes. O Fórum da AGOA está em fase de preparação e será acolhido pelos EUA em	DTI	Parcialmente Implementada

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
		ORIENTA o CRP a reunir-se e debater os APE antes da Cimeira UE-África e apresentar o respectivo relatório aos Ministros.	reunião de HATC no dia 24 de Junho em Malabo e o seu relatório será apresentado para análise pela Conferência A questão dos APE foi extensivamente abordada durante a 4ª Cimeira África-UE e foi incluído um parágrafo substantivo na Declaração final O CRP reuniu-se antes da 4ª Cimeira África-UE e debateu extensivamente a questão.		Agosto de 2014 Os esforços de advocacia sobre os APE estão em curso O trabalho técnico e de formulação de uma posição de consenso sobre a resposta de África ao Acordo de Bali e o programa de trabalho posterior a Bali estão em curso.		
25ª	Assembly/AU/Dec. 506(XXII) Decisão sobre a Conferência Bial Conjunta UA/OMS dos Ministros da Saúde da União Africana	A Comissão a definir as modalidades para a realização da Conferência Bial dos Ministros Africanos da Saúde	A Reunião Conjunta UA/OMS dos Ministros da Saúde será realizada em Luanda, Angola, de 14 – 17 de Abril de 2014	Os recursos financeiros para acolher a reunião ainda não haviam sido incluídos no orçamento da CUA para o ano de 2014		DSA	Totalmente implementada
26ª	Assembly/AU/Dec. 499(XXII) Decisão sobre a Criação de um Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças (ACDCP)	A CUA foi solicitada a definir as implicações financeiras e jurídicas da criação do referido centro.	A CUA elaborou um documento sobre a sua posição na criação de ACDCP	É necessário mais consenso, tomando em conta o enorme interesse dos intervenientes	O documento será apresentado antes da reunião ministerial em Abril	DSA	Implementada parcialmente
27ª	Assembly/AU/Dec. 511(XXII) Decisão	A Comissão a prosseguir com os seus esforços de alistar as	A Comissão efectuou consultas extensivas com	Recursos Financeiros	O envolvimento com outros	SPPMERM	Totalmente

Nº	DECISÃO Nº.	ACÇÃO NECESSÁRIA	ACÇÃO REALIZADA	CONSTRANGIMENTOS	RUMO A SEGUIR	RESP.	Nível de implementação (%)
	<p>sobre o Relatório de Actividades da Comissão relativo ao Desenvolvimento da Agenda 2063 da União Africana</p>	<p>contribuições de todos os cidadãos africanos e da diáspora e ENVOLVER os Estados-membros a apresentar as suas contribuições por escrito antes do fim de Abril de 2014, a fim de permitir à Conferência adoptar a Agenda 2063 na sua próxima sessão em Junho de 2014.</p>	<p>vários segmentos da Sociedade Africana, tais como: sector privado; académicos; sociedade civil; peritos na área de planificação; diáspora; juventude; mulheres; CER; NEPAD; Parlamento Pan-africano e os Órgãos da UA. Foram efectuadas consultas electrónicas através do <i>website</i> sobre a Agenda 2063.</p> <p>Foram, igualmente, usados vários fóruns e reuniões organizadas pela Comissão para disseminar a Agenda.</p> <p>Foi, igualmente, elaborada uma Estratégia de Comunicação para informar aos povos africanos sobre a Agenda.</p> <p>Em relação aos comentários dos Estados-membros, até à data, apenas Zimbabwe submeteu os seus comentários.</p>	<p>Oportunidade</p>	<p>sectores irá continuar</p>		<p>implementa</p>

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2014

Report of the commission on the implementation of previous decisions of the executive council and the assembly

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4552>

Downloaded from African Union Common Repository